FERCONSULT

Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes

2015
Relatório e Contas

ÍNDICE

1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 5

2 – ORGANOGRAMA DA EMPRESA 7

3 – RELATÓRIO DE GESTÃO 7

3.1 - Enquadramento Macro Económico 7

3.2 – Relatório de Atividade 9

3.2.1 – Atividade Comercial 12

3.2.2 – Produção 18

3.3 – Recursos Humanos 24

3.3.1 – Caracterização do Efetivo 25

3.3.2 - Prestação do Trabalho 28

3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos 28

3.4 – Sistema de Gestão Integrado (Qualidade e Ambiente) 29

4 – GOVERNO DA SOCIEDADE 32

4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa 32

4.1.1 – Missão 32

4.1.2 – Objetivos estratégicos 32

4.1.3 – Políticas 33

4.2.1 – Conselho de Administração 34

4.2.1.2. – Novo Conselho de Administração 35

4.2.1.3 – Novo Conselho de Administração, eleito em 2016 36

4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração 37

4.2.3 – Mesa da Assembleia Geral 37

4.2.4 – Fiscal Único 38

4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais 38

4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana 38

4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. 39

4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração (2 meses em 2015) 39

4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental 40

4.4.1 – Estratégias adotadas 41

4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade 41

4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa 42

4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial 43

4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo 44

4.4.6 – Código de ética 44

5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 44

5.1 – Prazo médio de pagamento 44

5.2 – Deveres especiais de informação 44

5.3 – Recomendações do acionista 45

5.4 – Remunerações 45

5.5 – Prémios de gestão 45

5.6 – Remuneração fixa 45

5.7 – Quadro resumo 46

6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 47

7 – PERSPETIVAS PARA 2016 55

8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS **59**

9 – ANEXOS **60**

FERCONSULT

1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2015 a Empresa manteve a sua vocação internacional e de exportação de engenharia.

O mercado nacional continuou sem capacidade de oferecer oportunidades para a generalidade das empresas de engenharia, e muito particularmente para uma empresa como a Ferconsult, que detém um know-how muito específico em sistemas de transporte urbano em sítio próprio, que é único no país.

Apesar de se ter mantido o volume de negócios do ano anterior, constata-se que os resultados operacionais de 2015 se agravaram substancialmente relativamente a 2014, se expurgarmos os fatores extraordinários ocorridos em 2014 e em 2015.

O Conselho de Administração tem consciência das dificuldades da Empresa, na conjuntura adversa de mercado e com as barreiras existentes para a atuação da Ferconsult no mercado concorrencial internacional, nas condições dos concorrentes diretos, apesar do esforço e dedicação da maior parte dos colaboradores, e do prestígio que a empresa detém junto da generalidade dos stakeholders, com particular destaque para os seus clientes. Mas existem também fatores internos que urgem ser aperfeiçoados, exigindo-se uma maior cultura de negócio e uma melhor eficácia, havendo igualmente campo para uma melhoria na eficiência dos processos.

O caminho para a sustentabilidade da empresa tem que continuar a ser trilhado, com o empenhamento do Conselho de Administração, do acionista e dos colaboradores, em tudo o que cada parte tem o dever de comparticipar, com base numa visão estratégica a médio prazo.

É neste contexto que o Conselho de Administração decidiu mandar realizar um estudo para a elaboração do Plano de Desenvolvimento para a Ferconsult para os próximos cinco anos, com o objetivo de dotar a Empresa de um instrumento de gestão para desenvolver a sua atividade, no âmbito dos grandes objetivos determinados pelo seu acionista. Pretende-se que a Empresa disponha de uma orientação estratégica, com objetivos exequíveis e uma calendarização determinada para a implementação do modelo organizacional e dos planos de ação que ficarem estabelecidos no cenário de desenvolvimento validado pelo acionista da Ferconsult.

Ao apresentar este Relatório e Contas, devemos concluir que, apesar dos esforços desenvolvidos, não foram completamente atingidos os objetivos traçados para o ano de 2015. O volume de negócios não atingiu o valor perspetivado face à carga de trabalho existente. Por outro lado as vendas realizadas até ao fim de 2015, não permitem ainda assegurar um volume de negócios estável para 2016 e anos seguintes, para ocupação de todos os nossos recursos. Convém contudo realçar que foi continuado o esforço para a redução da generalidade dos custos fixos na empresa. É também de registar que, com a redução de efetivos por mútuo acordo, foi conseguida uma importante redução nos encargos fixos globais com pessoal, com efeitos benéficos para as contas dos próximos anos.

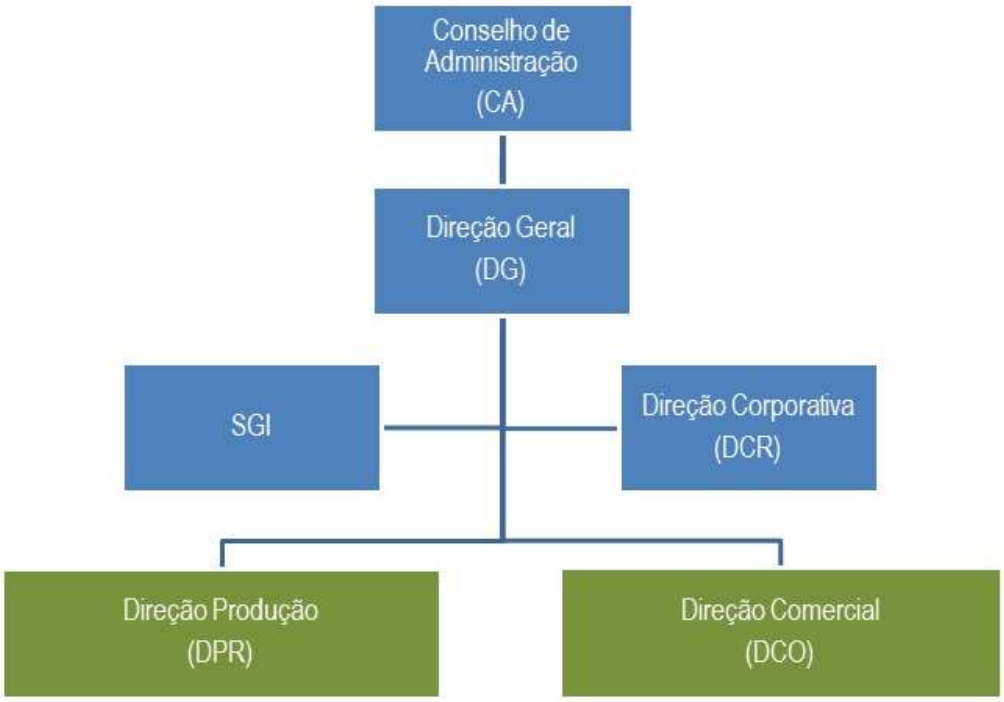
Temos consciência que na atual conjuntura económica nacional e internacional, o desafio que se coloca à empresa é difícil, mas existe também a motivação de termos tido o reconhecimento dos nossos clientes pelo bom trabalho desenvolvido e de sermos prestigiados pelas nossas competências e capacidade de realização, testemunhada em Portugal e nos países onde temos atuado. Por isso, também, um agradecimento aos nossos clientes por nos terem escolhido e por terem sistematicamente manifestado a sua confiança no trabalho que desenvolvemos.

Por último, uma saudação aos trabalhadores da empresa pela dedicação e profissionalismo demonstrado e um agradecimento ao nosso acionista pelo apoio que nos tem dado, quer na disponibilização dos técnicos nas áreas da engenharia de que a Ferconsult carece, e que se empenham igualmente no sucesso dos nossos projetos, quer por acreditar no valor da Empresa e no seu know-how que, em conjunto com os técnicos do Metro, representam o saber e o conhecimento de engenharia do Grupo Metropolitano de Lisboa.

A Presidente do Conselho de Administração

Maria Helena Campos

2 – ORGANOGRAMA DA EMPRESA



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

3.1 - Enquadramento Macro Económico

Para a elaboração do enquadramento macroeconómico foram tidos em consideração os dados constantes no sítio eletrónico do Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, bem como os indicadores de conjuntura do Banco de Portugal, de janeiro de 2016. Com base neste conjunto de informações podemos dizer que Portugal teve, em 2015 uma pequena melhoria na atividade económica, que se traduziu num crescimento do volume do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,5 %, de acordo com os dados constantes Boletim Mensal de Estatística, do INE, de fevereiro de 2016, o que representa um crescimento de mais 0,6 pontos percentuais (p.p.), relativamente ao verificado no ano anterior.

Aliás, de acordo com as Previsões Económicas, Inverno 2016, da Comissão Europeia, podemos constatar que, também na Zona Euro, o crescimento que se verificou, de apenas 1,6%, é demonstrativo das dificuldades que se estão a verificar. Por sua vez, no conjunto da União Europeia o crescimento é mais seguro, como demonstra o 1,9% registado.

Importa registar que, nas Previsões Económicas supramencionadas, prevê-se uma melhoria das economias da Zona Euro e da União Europeia, visto que se estimam crescimentos, para 2016, de 1,7% e 1,9% respetivamente, e para 2017, crescimentos de 1,9 e de 2,0%, respetivamente, para a Zona Euro e para a União Europeia.

Na mesma linha de previsões, importa sublinhar que as Perspetivas da Economia Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em 19 de janeiro 2016, também apontam para uma aceleração da atividade económica mundial em 2016 e 2017.

Com efeito, de acordo com estas estimativas o crescimento económico mundial deverá ser de 3,1% em 2015, e alcançará os 3,4% e os 3,6% em 2016 e 2017, respetivamente.

Apesar disso, é importante referir que estas previsões representam um crescimento da atividade da economia mundial mais gradual do que o que tinha sido previsto nas estimativas de outubro de 2015. Este facto é representativo da grande instabilidade e incerteza que se verifica na economia mundial atualmente, em grande parte como consequência da desaceleração e reequilíbrio da economia chinesa, a grande redução de preços das matérias-primas, como o barril do petróleo de *Brent,* que se verifica desde 2014, e que teve uma acentuada descida desde setembro de 2015, bem como as tensões que têm estado a verificar-se em algumas das principais economias dos países emergentes, que são condicionantes para um crescimento mais acentuado da economia mundial.

De acordo com o Boletim Mensal de Estatística, do INE, de fevereiro de 2016, no conjunto do ano 2015, a economia portuguesa teve um crescimento das exportações de 3,6%, o que representa uma aceleração face ao acréscimo de 1,7% registado em 2014. As importações aumentaram 1,9% em 2015, o que significou uma desaceleração relativamente ao crescimento registado em 2014, que foi de 3,4%. O défice da balança comercial reduziu 569,8 milhões de euros relativamente a 2014. A taxa de cobertura foi de 82,9%, o que significa um aumento de 1,3 p. p.

Em conclusão, o Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu 1,5% em termos reais, o que significa uma melhoria face aos 0,9% de crescimento registados em 2014.

Apesar disso, de acordo com os resultados das Estatísticas do Emprego, do 4.º trimestre de 2015, do INE, constatamos que se verificou uma redução da taxa de desemprego que se cifrou no final do ano em 12,2%, o que representa uma redução de 1,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. O número de desempregados, no final do ano, foi estimado em 633,9 mil pessoas.

Por último, deve referir-se que em 2015, e de acordo coma execução provisória, o saldo das Administrações Públicas (AP), apurado na ótica da contabilidade pública, foi de -4.594,2 milhões de euros, de acordo com a Síntese da Execução Orçamental de dezembro de 2015, da Direção-Geral do Orçamento (DGO), com a informação de janeiro de 2016. Este saldo ficou 499 milhões abaixo da meta fixada no Orçamento do Estado inicial.

Importa sublinhar que este resultado significa, ainda segundo a Síntese da Execução Orçamental de janeiro de 2016, da DGO, que se verificou uma poupança de 2.567,5 milhões de euros face a igual período do ano anterior, o que se explica pelo efeito combinado da diminuição da despesa e do aumento, em menor proporção, da receita.

Por outro lado, este resultado parece indicar que o défice público, ainda não fixado oficialmente, sem o efeito BANIF, deve rondar os 3,% do PIB nacional, embora com o impacto da venda do banco se deva fixar nos 4,2%.

3.2 – Relatório de Atividade

O exercício de 2015 caracterizou-se pela consolidação do volume de negócios, que iniciou a sua retoma no ano de 2013, mas que é fruto de um esforço iniciado desde fim do exercício de 2010. Na verdade, registou-se um volume de negócios com um valor de 7,92 k €, valor esse que é semelhante ao valor apurado no ano anterior, e que se cifrou em 7,93 k €.

Do ponto de vista de resultados líquidos, a Ferconsult obteve um resultado no montante de 1,60 milhões de euros negativos, que representa a margem líquida global da atividade da Empresa, depois de impostos.

Os resultados líquidos tinham-se cifrado no exercício anterior em 1,55 milhões de euros negativos, que inclui o efeito extraordinário negativo da venda do património imobiliário da Ferconsult, o que significa que se verificou um agravamento de 0,05 milhões de euros relativamente ao exercício anterior, mantendo-se assim a inversão, já verificada em 2014, de uma tendência de melhoria que ocorreu entre 2010 e 2013.

No entanto, importa sublinhar que estes resultados de 2015 são afetados pelos encargos com a redução de efetivos, que levaram ao pagamento de compensações por rescisões de contratos por mútuo consentimento no montante de 508.000,00€.

Infelizmente, não foi possível à Empresa recuperar parte da perda que teve que ser considerada em 2014, por força da decisão do acionista na venda da fração que a Ferconsult detinha no Edifício do Metropolitano de Lisboa na Av. Barbosa do Bocage e que representou um agravamento de 1,05 milhões de euros nos resultados negativos daquele ano. Na verdade, a venda global do edifício, que esteve considerada no Plano de Atividades para 2015 do Metropolitano de Lisboa, não se veio a realizar. Existia a natural expetativa de a Empresa poder vir a recuperar parte daquela perda com a venda do edifício, uma vez que o preço de venda da Ferconsult teve por base o menor dos valores das duas avaliações encomendadas pelo acionista numa altura em que o mercado imobiliário estava em baixa, tendo contudo ficado estabelecido no contrato que caso a venda final de todo o edifício se concretizasse por um valor superior, a Ferconsult receberia o percentual correspondente à sua parte, da diferença entre o valor da venda do imóvel e o valor fixado na avaliação de abril/maio de 2014.

Manteve-se a aposta no desenvolvimento comercial, em mercados como a Argélia, Brasil, Argentina, Turquia e Peru, tendo sido apresentadas, a nível internacional 32 propostas no valor aproximado de 36 M€. Destas propostas podemos salientar a Fiscalização da Extensão A *(Place des Martyrs - Ali Boumendjel)* do Metro de Alger, para a EMA – Entreprise du Metro d'Alger, no valor de 3,7M€, para o cliente Construtora AG – Andrade Gutierrez, para o Sistema Integral e Arranjos Exteriores para a Extensão A, do Metro de Argel, no valor de 2,6M€ e para o Sistema Integral e Arranjos Exteriores para a Extensão 1C *(Hai El Badr - Ain Naadja 2)*, no valor de 2,7M€ para a KOUGC, todas em participação isolada.

No âmbito do Agrupamento Ensitrans, contribui para este resultado, o *Avenant* 3 do contrato MOE *(Maitrise d'Oeuvre de l'Extention B "Hai El Badr - El Harrach" de la Ligne 1 du Metro d'Alger*, no valor de 2,8M€, na parte respeitante à Ferconsult. Para o CMSP-

Companhia do Metro de São Paulo – Brasil (Linha 2 Verde – Estação Vila Prudente e Poço Castelo Branco), em consórcio com a Consulgal-Portugal e Alena, empresa brasileira, cabendo à Ferconsult cerca de 14,5M€, destaca-se esta proposta pelo valor, tendo sido no entanto, suspensa em 2015, pela CMSP.

Para além do esforço comercial, manteve-se o esforço de racionalização dos custos, a todos os níveis, mantendo-se o recurso à utilização de meios humanos disponíveis na área da fiscalização, para trabalhos da área de Estudos e Projetos, verificando-se já alguma recuperação de anteriores ineficiências, devido aos perfis técnicos necessários que são substancialmente diferentes nas duas áreas.

Foi possível, com esta medida, mitigar alguma inatividade motivada pela ausência de projetos de fiscalização, bem como da falta de perspetivas a curto e médio prazo na angariação de novos trabalhos.

Do ponto de vista financeiro destacam-se essencialmente as dificuldades de tesouraria. Para além dos problemas já conhecidos, decorrentes das dificuldades de obtenção de garantias bancárias que continuaram a ocorrer neste exercício e, também, dos atrasos nas formalizações das extensões dos contratos no âmbito do ENSITRANS, que motivaram por sua vez atrasos nos recebimentos, os problemas de tesouraria agravaram-se muito pelo aumento da necessidade de subcontratações, que motiva por sua vez um aumento das necessidades de fundo de maneio. Este aumento da necessidade de fundo de maneio agrava-se muitíssimo pelo facto dos contratos serem bastante desfavoráveis do ponto de vista de tesouraria, pois existem longos períodos de produção com um desfasamento significativo da respetiva faturação, e muitas vezes com dificuldade também de cobrança, havendo que suportar quer os custos internos, quer também a atividade de alguns prestadores de serviços sem estrutura, que não sobreviveriam sem alguns pagamentos de trabalho realizado.

Para fazer face às necessidades de tesouraria supramencionadas, e considerando as dificuldades para obtenção de garantias bancárias, quer de adiantamento, quer de boa execução, bem como obter apoio financeiro para o normal desenvolvimento da atividade da empresa, e depois de contactadas diversas instituições financeiras, obtivemos do Banco Comercial Português uma proposta para os produtos necessários e indispensáveis à operação da Ferconsult com condições bastante satisfatórias, que esperamos se concretize em 2016.

Ainda na perspetiva financeira, salienta-se o impacto negativo nas contas da empresa, da variação cambial adversa que se tem vindo a observar desde 2013, para os projetos do Brasil com o Metropolitano de São Paulo. Tendo presente que estes contratos são remunerados em Reais e que à data da proposta o câmbio foi de 2,85 R$ / €, no caso da Linha 15 e 2,70 R$ / € no caso da Linha 5 e que o câmbio atual se situa aproximadamente 4 R$ / €, esta variação teve um impacto no valor da faturação, desde o início dos projetos até dezembro de 2015, ainda que este impacto tenha sido atenuado pela revisão de preços prevista nestes contratos. Os impactos finais no ano de 2015 são de aproximadamente 348 mil euros, e de cerca de 408 mil euros, para o projeto da Linha 15 e para o projeto da Linha 5, respetivamente.

.

Para 2016 será naturalmente um dos maiores desafios, ultrapassar e resolver os problemas de tesouraria e necessidades de fundo de maneio, bem como a consolidação dos esforços dos últimos anos, no sentido produzir impactos significativos e positivos na sustentabilidade da Empresa.

3.2.1 – Atividade Comercial

No ano de 2015, registou-se a tendência dos anos anteriores de uma conjuntura económica nacional difícil e internacional com melhores perspetivas e alguns sinais de recuperação e inversão da tendência. A Ferconsult continuou a apostar na estratégia de reforçar, de forma significativa, a internacionalização, o estreitamento de relações com os atuais clientes, abrindo caminho a novas oportunidades de trabalhos.

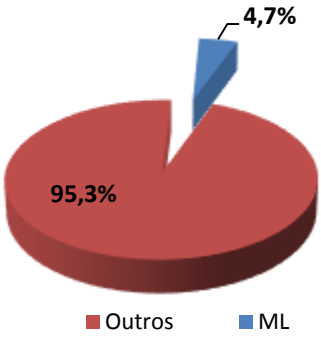
Na estratégia de internacionalização, para além do Brasil e da Argélia, os mercados alvo foram, Argentina, Turquia e Peru. O sucesso deste trabalho revela-se, não só na possibilidade de desenvolvimento de novos projetos, como também na experiência adquirida que nos permite tomar conhecimento das especificidades logísticas associadas à entrada em novos mercados, ficando em carteira essa mais-valia para futuras oportunidades.

No mercado nacional manteve-se a tendência de inexistência de oportunidades, tendo sido apresentadas propostas no valor aproximadamente de 1.445.000€, dos quais 505.000€ correspondem a propostas entregues ao ML. Destas propostas, resultaram

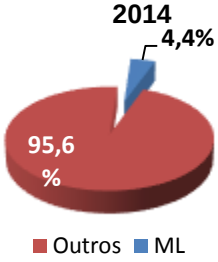
contratos, no ano de 2015, no valor 354.000€, o que mantém baixo o volume de trabalho com o acionista, facto que se tem verificado nos últimos anos.

Desde 2010, o ML deixou de ser o principal cliente da Ferconsult, sendo que nesse ano representava 44% do Volume de Negócios, 24% em 2011, virtualmente zero em 2012, 6,5% em 2013, 4,4% em 2014 e em 2015 registou-se um ligeiro aumento ficando em 4,7%.

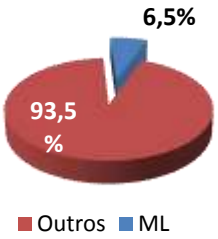
Volume de Negócios 2015



Volume de Negócios 2014



Volume de Negócios 2013

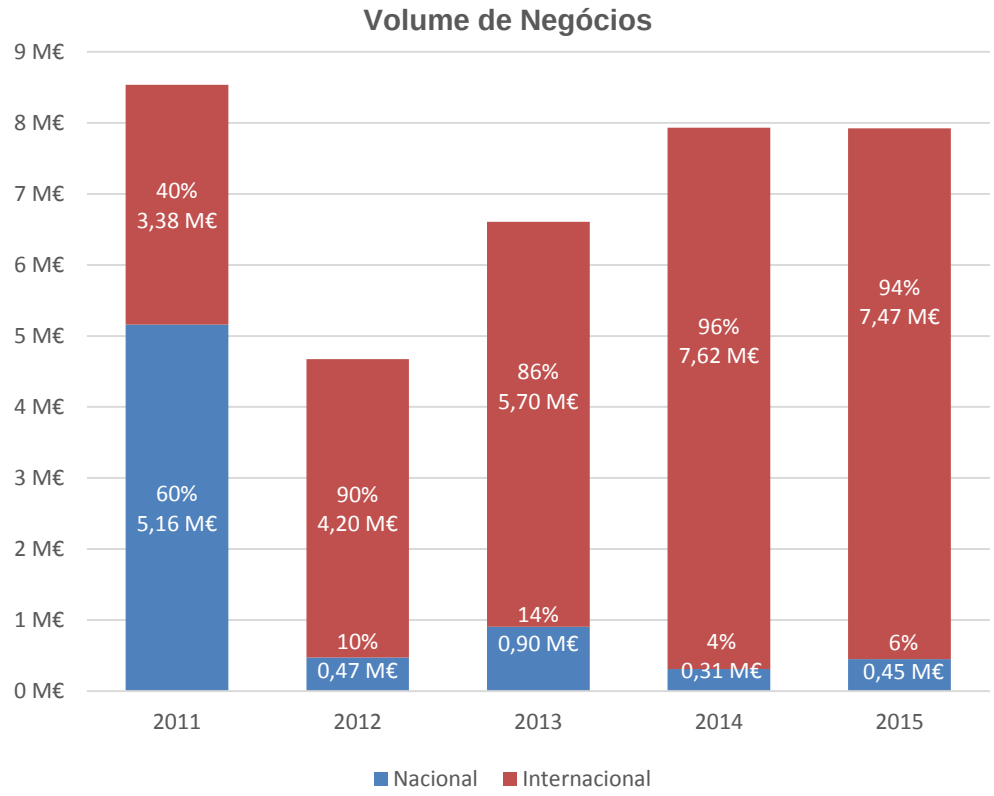


Volume de Negócios 2012

Na continuação do esforço comercial, concentrado praticamente na sua totalidade no mercado externo e focado no sector dos transportes, foram desenvolvidas diversas ações, com vista à obtenção de trabalho que permita à Ferconsult, garantir a sua sustentabilidade.

Como se pode ver no gráfico seguinte, nos últimos cinco exercícios tem vindo a ocorrer uma mudança significativa na distribuição do volume de negócios pelos mercados nacional e internacional. Analisando esta alteração desde o ano de 2010, constata-se que nesse ano o mercado internacional representava apenas 24%, registando desde então um crescimento em valor absoluto, que representou no exercício de 2014 um

peso de cerca de 96%, ficando em 2015 com um peso de 94%, registando duas décimas abaixo em relação ao ano anterior.



A nível nacional foram apresentadas 23 propostas em 2015 no valor aproximado de 1.445M€. As propostas mais significativas, do ponto de vista de valor, foram as propostas apresentadas ao ML e Ascendi O&M. Foram apresentadas outras propostas de menor dimensão também na área de projeto, bem como na área de fiscalização.

A nível nacional, a Empresa obteve adjudicações de 5 propostas, no valor aproximado de 424k€. Destas propostas, 1 delas foi apresentada no exercício de 2014, no valor aproximado de 68k€, as restantes são do exercício de 2015, num valor aproximado de 355 k€.

A nível internacional foram apresentadas 32 propostas no valor aproximado de 36M€, em vários mercados internacionais, mantendo o foco no mercado Argelino e no mercado Brasileiro. Outros mercados - alvo foram Argentina Turquia, Tunísia e Peru, com apresentação de propostas, manifestações de interesse e pré-qualificações. As propostas mais significativas foram para a CMSP – Companhia do Metro de São Paulo, no valor de 14,5M€, para a Construtora AG – Andrade Gutierrez, para o Sistema Integral

e Arranjos exteriores da Extensão A – Metro de Argel, no valor de 2,6M€; para a KOUGC – Argélia, Sistema Integral e Arranjos exteriores da Extensão 1C – Metro de Argel, no valor de 2,7M€ e para a EMA – Entreprise du Metro d'Alger, para a Fiscalização da Extensão A – Metro de Argel, no valor de 3,7M€. No montante acima referido incluem-se os dois Avenants dos contratos ao abrigo do Ensitrans, para Argel e para Oran, que foram negociados diretamente com o cliente EMA.

No mercado internacional, a Empresa obteve adjudicações de 8 novos contratos ou adicionais a contratos existentes, no valor de cerca de 7,8 M€ da parte correspondente à Ferconsult, das quais uma proposta corresponde ao exercício de 2014, proposta da Cosider, em consórcio, para os estudos do túnel TBM e duas dos contratos Ensitrans.

Das 13 Manifestações de Interesse e Pré-qualificações, apresentadas em 2015, para a Turquia e Metro de Bogotá, a Empresa foi pré-qualificada em 4 para a Turquia e, convidada a apresentar proposta.

O baixo valor de adjudicações ocorridas em 2015, relativas ao exercício de 2015 decorre do facto de, na grande maioria dos casos, os resultados ocorrerem muito tempo após apresentação das propostas. No final de 2015, aguardavam decisão 23 propostas, que correspondem a um potencial volume de negócio na ordem dos 27,6M€, onde se destacam as propostas apresentadas para a AG, KOUGC e EMA. Aguarda-se também o resultado de 8 pré-qualificação para o Turquia – (*Istanbul Metropolitan Municipality e Ministry of Transport, Maritime Affairs and Communication - Directorate of Infrastructure Investments)*.

O quadro infra demonstra o histórico do volume de negócios por cliente nos últimos 5 anos:

Volume de Negócios por Cliente

Descrição	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
ML	2,08	24,3%	-0,07	-1,5%	0,43	6,5%	0,35	4,4%	0,38	4,7%
Prestações de serviços ao ML	**2,08**	**24,3%**	**-0,07**	**-1,5%**	**0,43**	**6,5%**	**0,35**	**4,4%**	**0,38**	**4,7%**
Via Ensitrans	3,31	38,7%	3,60	77,1%	3,57	54,0%	2,19	27,6%	2,13	26,8%
Directamente	-	-	-	-	1,26	19,0%	2,62	33,0%	3,26	41,2%
Prestações de serviços ao EMA	**3,31**	**38,7%**	**3,60**	**77,1%**	**4,83**	**73,1%**	**4,81**	**60,6%**	**5,39**	**68,0%**
Metro de São Paulo	-	-	-	-	0,81	12,3%	2,54	32,0%	0,70	8,9%
Queiroz Galvão	-	-	-	-	-	-	0,24	3,0%	0,02	0,3%
Cosider									0,90	11,4%
Consulgal / Metro do Porto	1,20	14,1%	0,11	2,3%	-	-	-	-	-	-
Outros	1,95	22,9%	1,03	22,1%	0,54	8,1%	0,004	0,0%	0,53	6,7%
Prestações de serviços a outros Clientes	**3,16**	**37,0%**	**1,14**	**24,4%**	**1,35**	**20,4%**	**2,78**	**35,0%**	**2,16**	**27,3%**
TOTAIS	**8,54**	**100%**	**4,67**	**100%**	**6,61**	**100%**	**7,93**	**100%**	**7,92**	**100%**

Relativamente ao volume de negócios por cliente, a relação com o Metropolitano de Lisboa representou cerca de 4,7% do total, valor bastante baixo e que representa a tendência dos últimos anos.

A Entreprise du Métro d´Alger mantém-se como principal cliente representando cerca de 68% do volume de negócios. Verifica-se também a tendência dos últimos três exercícios de ligeira diminuição do seu peso relativo, ainda que em valor absoluto o volume de negócios tenha crescido desde 2010 (em bom rigor desde 2006), se bem que em 2013 e 2014 poderemos considerar que o volume de negócios se manteve praticamente constante. Esta evolução é positiva pelo aumento do volume de negócios com este cliente. Nota-se também que houve uma evolução positiva quanto ao volume de negócios efetuado diretamente com este cliente, relativamente ao trabalho realizado através do ENSITRANS.

Em 2015, a diversificação da carteira de clientes é aumentada pela entrada da Cosider – Argel, que regista neste ano um volume de negócio de 11,4%, ficando na posição de segundo maior cliente da Ferconsult

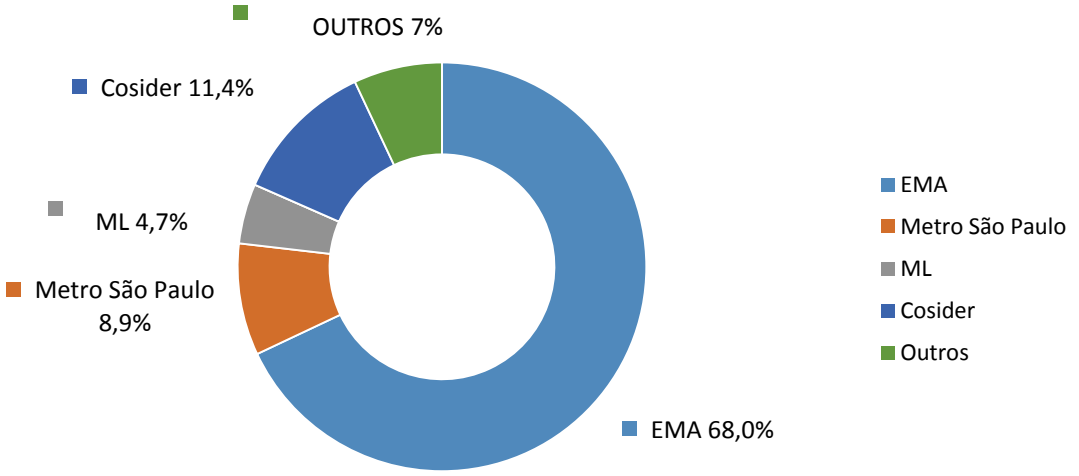
O Metro de São Paulo na posição de terceiro cliente da Ferconsult, que em 2014 registou 32% do volume de negócios, tendo sido esse ano de maior volume de trabalho, registou em 2015 um decréscimo de trabalho e consequentemente no volume de negócios, ficando em 8,9% (já considerando o efeito da desvalorização do Real).

A situação de grande dependência de um só cliente, neste caso a EMA mantém-se, face ao seu valor relativo e absoluto. Contudo existe já uma diversificação de clientes

Cosider, em 2015 e o Metro de S. Paulo, iniciado em 2013, embora com valores ainda reduzidos. A dependência destes três clientes, que representaram em 2015 cerca de 88,3% do volume de negócios, é ainda um risco significativo, que importa mitigar com a procura de outros clientes.

Os restantes clientes apresentam percentagens individuais residuais.

Em 2015 o volume de negócios por cliente teve a seguinte distribuição:



No quadro seguinte apresenta-se o histórico do volume de negócios por Direção nos últimos 5 anos:

Volume de Negócios por Área de Negócio

Direção	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Coord. Fiscalização de obras	6,64	77,8%	3,73	79,7%	4,07	61,6%	2,33	29,4%	2,44	30,8%
Estudos e Projetos	0,79	9,3%	0,94	20,1%	2,54	38,4%	5,62	70,8%	5,48	69,2%
Instrumentação e Topografia	0,57	6,7%	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Segurança e Ambiente	0,52	6,1%	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Outros	0,02	0,2%	0,01	0,1%	-	0,0%	- 0,02	-0,3%		0,0%
TOTAL	**8,54**	**100%**	**4,67**	**100%**	**6,61**	**100%**	**7,93**	**100%**	**7,92**	**100%**

(1) Direções extintas em 2012

O volume de negócios em 2015, registou um valor muito próximo do ano anterior.

No exercício de 2015, na organização da estrutura organizativa, ocorreu a fusão das Direções de Estudos e Projetos e de Coordenação de Fiscalização de Obras, numa nova Direção – Direção de Produção, mantendo-se no entanto, a natureza dos trabalhos.

O ano de 2015 manteve a tendência do ano anterior, com maior peso registado nos trabalhos de natureza de estudos e projetos, com 69,2%. Para trabalhos na área da fiscalização, apenas 30,8%, situação que reflete as dificuldades de angariação de novos trabalhos de fiscalização

Em valores absolutos, os trabalhos na área de projetos registou um volume de negócios de cerca de 5,48 milhões de euros e os trabalhos na área da fiscalização, registaram um volume de negócios de 2,44 milhões de euros.

A área com trabalhos de estudos e projetos é onde se concentra o *know-how* diferenciador da nossa empresa, relativamente à concorrência e que constitui uma vantagem competitiva a preservar. É também um instrumento de apoio e percursor da atividade da fiscalização, pelo que deverá ser vista como atividade estratégica a conservar e desenvolver.

3.2.2 – Produção

Apesar do ano de 2015 ter registado um crescimento do PIB relativamente ao ano anterior, não se verificou nenhuma alteração a nível de procura interna, do ponto de

vista dos trabalhos para o mercado da Ferconsult. Como tal, praticamente toda a produção esteve centrada em projetos no mercado internacional, concretamente nos mercados da Argélia e Brasil.

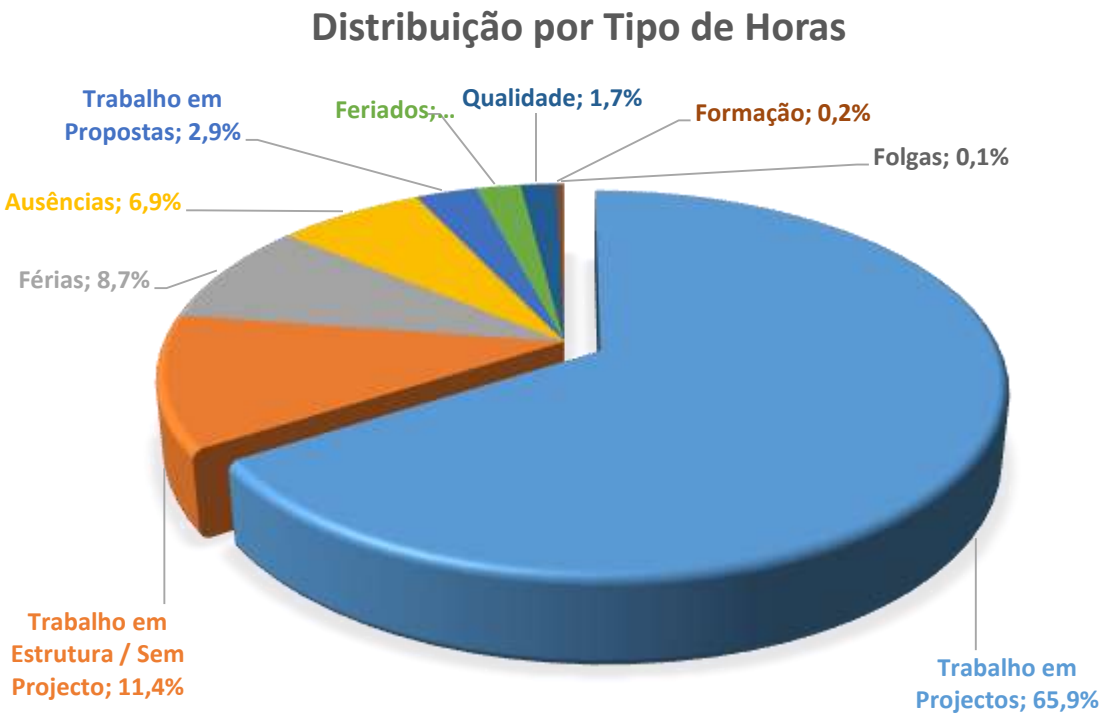
Do ponto de vista de organização interna, operou-se uma alteração significativa, na sequência da deliberação do CA de 26-2-2015, que extinguiu as Direções de Estudos e Projetos (DEP) e de Coordenação e Fiscalização de Obras (CFO) – e criou a Direção de Produção (DPR) e a Direção Comercial (DCO).

A Direção de Produção organizou-se em Grupos Funcionais, para melhor coordenar a produção, sendo que todos os colaboradores dependem hierarquicamente do Diretor de Produção.

Os Grupos Funcionais são os seguintes:

- Arquitetura;
- Traçados e Redes;
- Estruturas;
- Acompanhamento do Progresso e Medições;
- Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Instalações Especiais.

A capacidade de produção interna da Direção de Produção em 2015, contabilizou aproximadamente 158.000 horas potenciais, que se dividiram da seguinte forma:



As horas alocadas a projetos, ou seja 65,9% do potencial de horas do Departamento de Produção, corresponderam a cerca de 104.000 horas que se distribuíram da seguinte forma pelos diversos projetos:

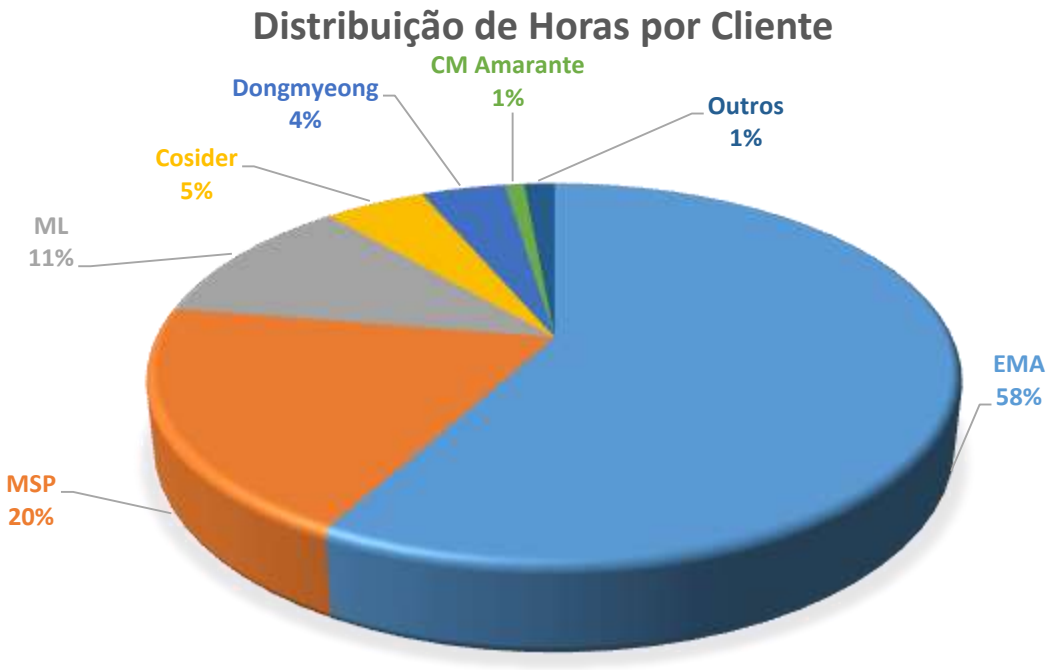
Cliente	Projeto[1]	Horas
EMA	Lote 4	33%
MSP	Linha 15	13%
EMA	Lote 3	12%
EMA	MOE Argel	9%
ML	Fiscalização da Reparação dos Tuneis	8%
MSP	Linha 5	7%
Dongmyeong	Extensão Hai El Badr - Ain Naadja 2	4%

[1] Ver descrição dos projetos adiante

EMA	Metro Ligeiro de Oran	4%
Cosider	Extensão "E" - Lote 1 - M28	4%
Cosider	Extensão "F" - Lote 2 - M29	1%
ML	Remodelação da Estação de Arroios	1%
ML	Coordenação de Segurança	1%
CM Amarante	Novo Quartel da GNR	1%
ML	Cedência de Medidor Orçamentista	1%
ML	Estação Areeiro - Remodelação do Átrio Norte	1%
Outros	Outros projetos	1%

De notar que estas análises consideram apenas as horas dos recursos internos da Ferconsult e consequentemente não estão incluídas as horas de meios subcontratados, quer sejam empresas ou outros. Os valores apresentados referem-se a horas dos colaboradores, sem ter em conta os respetivos custos horários.

Do ponto de vista da distribuição por clientes constata-se que cerca de 78% das horas são gastas em apenas dois clientes: a Entreprise Metro d'Alger (EMA) e Metro de São Paulo (MSP), o que denota uma dependência excessiva de um número reduzido de clientes:



Relativamente aos mercados, as horas dedicadas aos projetos têm a seguinte distribuição:

Mercado	Horas
Argélia	68%
Brasil	20%
Portugal	12%

Esta análise deve ser vista como um complemento à análise efetuada em 3.2 supra em que se tem em conta a distribuição de custos e não apenas de horas. A subcontratação tem um peso significativo, nomeadamente nos projetos da Cosider (Lote 1 / M28 e Lote 2 / M29), o que altera consequentemente as distribuições, mas ainda assim considera-se relevante esta análise, pois dá a perspetiva da produção interna. O peso destas subcontratações será uma das explicações para uma disparidade nas proporções entre percentagem de volume de negócios versus nº de horas gastas nestes projetos, concretamente para o caso agregado dos projetos para o Metro de São Paulo, em que observamos 8,9% do volume de negócios para 20% das horas gastas e a situação inversa para o caso agregado dos projetos para a Cosider, com 11,4% do volume de negócios para 5% das horas gastas. Naturalmente existem outros fatores importantes para estas diferenças, nomeadamente o custo das respetivas horas alocadas.

A nível nacional, a produção centrou-se quase exclusivamente em trabalhos para o Metro de Lisboa, onde o maior peso, do ponto de vista de ocupação de técnicos, correspondeu a cedências de mão-de-obra, em especial na fiscalização da reparação de patologias dos tuneis.

A nível internacional e nas prestações de serviços de estudos e projetos, os esforços centraram-se na conclusão do projeto do Lote 3 *(Extension Place des Martyrs - Bâb El Oued – Chevalley)*, para o cliente Entreprise Metro d'Alger (EMA), bem como a continuação do projeto do Lote 4 *(Extensions Chevalley – Delly Brahim - Chéraga - Ouled Fayet - El Achour – Draria)* para o mesmo cliente.

Ainda no mercado argelino executou-se um projeto para a Dongmyong, empresa coreana de engenharia e deu-se início a dois contratos para a Cosider, empreiteiro estatal da Argélia, Lote 1/ Extensão E *(El Harrach / Aéroport)* / M28 e Lote 2/ Extensão F (*Ain Naadja /Baraki)* / M29, para a elaboração de projetos de execução, em consórcio

com a empresa Cenor, de duas extensões do Metro de Argel de cerca de 10 km e 2 km respetivamente.

No mercado do Brasil deu-se continuidade aos dois projetos que temos com a Companhia do Metro de São Paulo (MSP): *"Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil, acabamentos, Comunicação Visual e Paisagismo – Linha 15 Prata"* e *"Gerenciamento do Projeto Executivo da Linha 5 – Lilás e do Projeto Executivo e Homologação das Vias Permanentes da Linha 5 – Lilás e da fase 2 da Linha 4 – Amarela".*

Do ponto de vista de prestações de serviços de coordenação, fiscalização, planeamento e controlo de custos, de fiscalização e no mercado internacional, deu-se continuidade aos projetos em Oran e Argel para o cliente Entreprise Metro d´Alger (EMA), no âmbito da execução da 1ª Linha do Metro Ligeiro de Oran e da Linha do Metro de Argel – 1ª Fase *(Hai El Badr - El Harrach)* respetivamente.

Projetos mais relevantes:

a) Serviços prestados ao Metropolitano de Lisboa:
   i. Elaboração de Anteprojeto e Projeto de Execução de especialidades para a remodelação e extensão do cais da Estação Arroios;
   ii. Estação Areeiro - Remodelação do Átrio Norte;
   iii. Fiscalização das Empreitadas de Reabilitação e Restauro dos Túneis do ML e Acompanhamento das Interferências de Obras com as Infraestruturas do ML – Linha Azul e Linha Verde;
   iv. Serviços de Coordenação de Segurança em Projeto e em Obra;
   v. Serviços de medidor / orçamentista para projetos e contratos do ML.
b) Serviços prestados a clientes no Mercado Externo:
   i. EMA – Enterprise du Métro d'Alger
      1. Metro de Argel – Extension Place des Martyrs - Bâb El Oued – Chevalley (Lote 3);
      2. Metro de Argel – Extensions du Métro d'Alger: Chevalley – Delly Brahim - Chéraga - Ouled Fayet - El Achour – Draria (Lote 4);
      3. Metro de Argel - Maitrise d'Oeuvre de la Realisation des Travaux de Genie Civil, Amenagements et Système Intégral de l'Extention B "Hai El Badr - El Harrach" de la Ligne 1 du Metro d'Alger;

4. Metro Ligeiro de Oran - Fiscalização dos trabalhos de realização da 1.ª Linha do Metro Ligeiro de Oran.

ii. Dongmeyong
    1. Metro de Argel – Mise à jour de l'Appel d'Offre du Système Intégral de l'extension Hai El Badr - Ain Naadja 2, Ligne L1 *C.*

iii. Cosider Travaux Publics, SA
    1. Metro de Argel - *Extension "E" du métro d'Alger - tronçon El Harrach / Aéroport - Etudes d'Execution du Tunnel, stations et ouvrages en ligne* (Lote 1 / M28)
    2. Metro de Argel - *Extension "F" du métro d'Alger - tronçon Ain Naadja /Baraki - Etudes d'Execution, Tunnel et Ouvrage PV7* (Lote 2 / M29).

iv. Companhia do Metropolitano de São Paulo – Brasil (MSP)
    1. Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil, acabamentos, Comunicação Visual e Paisagismo - Linha 15 Prata
    2. Gerenciamento do Projeto Executivo da Linha 5 – Lilás e do Projeto Executivo e Homologação das Vias Permanentes da Linha 5 – Lilás e da fase 2 da Linha 4 – Amarela

3.3 – Recursos Humanos

O ano de 2015 foi um ano de mudanças internas na Ferconsult, tendo havido nomeação de um novo Conselho de Administração, de um novo Diretor Geral e, subsequentemente, uma alteração na orgânica interna da empresa.

A estrutura da empresa é baseada em níveis hierárquicos, que inclui unidades de suporte e de produção.

Num primeiro nível está a Direção Geral e num segundo nível estão as seguintes Direções:

- Direção Corporativa - DCR (de suporte);
- Direção de Produção – DPR (de produção);
- Direção Comercial - DCO (de produção).

Esta organização está enquadrada pelo Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Durante o ano de 2015 houve um programa de redução de efetivos na empresa, na sequência da estrutura organizativa do conjunto de empresas que integram a marca Transportes de Lisboa, e de decisão do Conselho de Administração comum àquelas empresas.

Este programa foi aceite por 15 colaboradores da Ferconsult, que assim terminaram o seu vínculo contratual com a empresa.

3.3.1 – Caracterização do Efetivo

- **Efetivo Total**

No final do último trimestre de 2015 a Ferconsult S.A apresenta um efetivo médio de 83 colaboradores, dos quais 47 do sexo masculino e 36 do sexo feminino (57% e 43% respetivamente).

Durante o ano saíram da empresa 27 colaboradores:

- Cessação do contrato de trabalho – 4 colaboradores;
- Caducidade do contrato de trabalho – 6 colaboradores;
- Denúncia do contrato de trabalho – 1 colaborador;
- Acordo Revogação do contrato de trabalho – 15 colaboradores;
- Falecimento – 1 colaborador.

Nesta caracterização excluem-se 2 colaboradores cedidos ao ML bem como um conjunto de colaboradores Argelinos, contratados localmente para os projetos de Argel, cujo número varia consoante as mobilizações e a média rondou as 10 pessoas.

O quadro infra demonstra o histórico do número de funcionários nos últimos 6 anos:

Nº Colaboradores	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dezembro	195	124	113	105	102	83

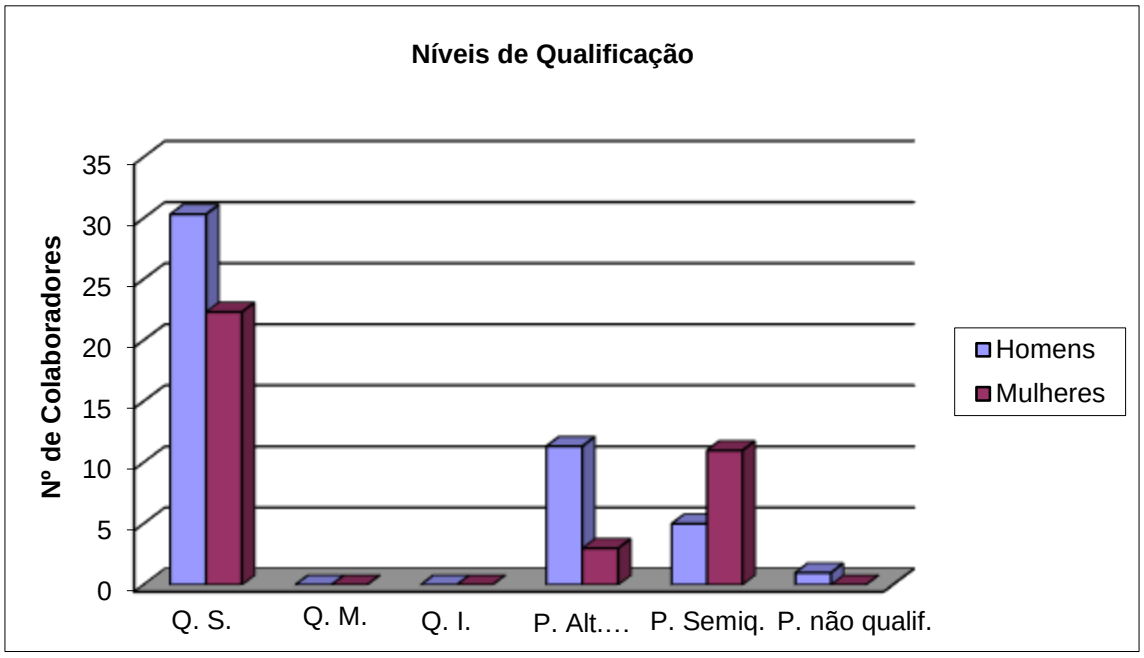
O quadro seguinte apresenta as diferentes situações contratuais existentes na empresa, durante o mesmo período de cinco anos, com os valores médios para o último trimestre de cada exercício.

Ano / Vinculo Contratual	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Contratos sem termo	82	75	77	76	74	75
Contratos a termo	95	46	34	27	26	3
Contratos cedência ML	8	4	2	2	2	5
Total Mulheres	73	57	47	45	43	36
Total Homens	112	68	66	60	59	47
Total	185	126	113	105	102	83

- **Níveis de Qualificação**

Verifica-se que a maior percentagem do nível de qualificação é representado pelos Quadros Superiores, num total de 53 colaboradores.

	Quadros Superiores	Quadros Médios	Quadros Intermédios	Profissionais altamente qualificados e qualificados	Profissionais Semiqualificados	Profissionais não qualificados	TOTAL	%
Homens	30	0	0	11	5	1	**47**	57
Mulheres	22	0	0	3	11	0	**36**	43
Total	53	0	0	14	16	1	83	100

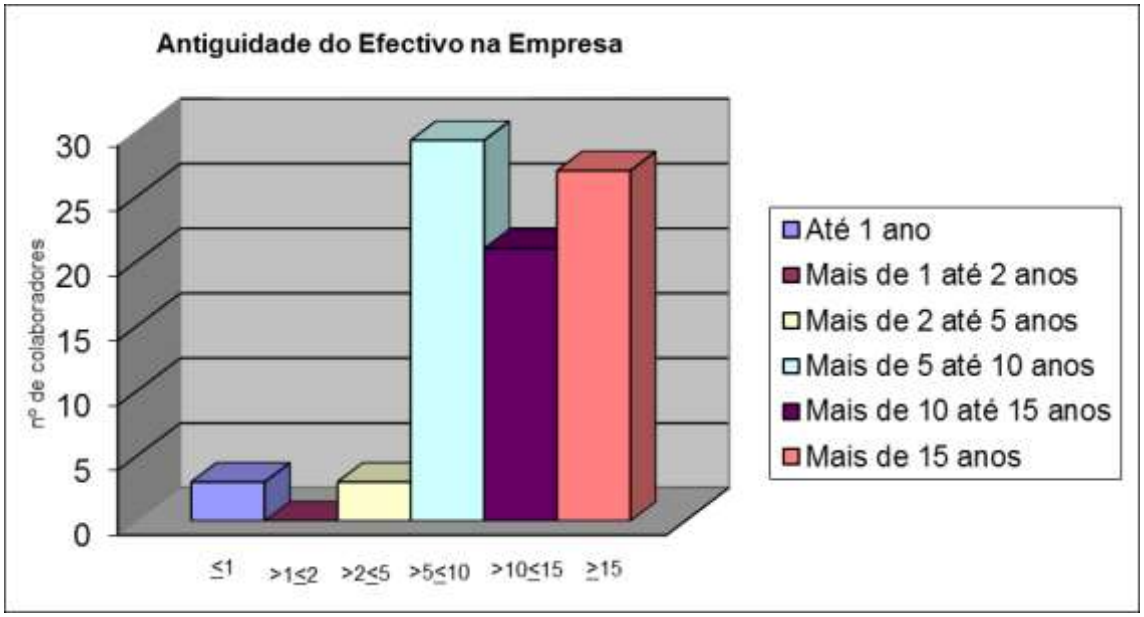


- **Antiguidade do efetivo na Empresa**

Verifica-se que a maior percentagem da antiguidade na empresa está centrada no período mais de 5 até 10 anos, com um total de 29 colaboradores, seguido dos colaboradores com mais de 15 anos (28 colaboradores).

ANTIGUIDADE		
	N.º	**%**
Até 1 ano (a)	3	4
Mais de 1 até 2 anos	0	0
Mais de 2 até 5 anos	3	4
Mais de 5 até 10 anos	29	35
Mais de 10 até 15 anos	21	25
Mais de 15 anos	27	32
Total	83	100

(a) Acordo de cedência de interesse público com o ML



3.3.2 - Prestação do Trabalho

- **Absentismo**

Durante o ano de 2015 a média da taxa de absentismo foi de 6%. As baixas médicas, baixas por acidente de trabalho e as licenças parentais foram os três motivos que mais contribuíram para o absentismo durante o ano de 2015.

1º Trimestre/15	Baixas médicas	67%
	Baixas acidente trabalho	18%
	ETE - Exames	2%
	Assistência à família	1%
	Luto	1%
	Outros	10%
2º Trimestre/15	Baixas médicas	56%
	Baixas acidente trabalho	19%
	ETE - Exames	1%
	Licença Parental	19%
	Outros	4%
3º Trimestre/15	Baixas médicas	46%
	Baixas acidente trabalho	25%
	Assistência à família	2%
	Licença Parental	23%
	Outros	2%
4º Trimestre/15	Baixas médicas	79%
	Baixas acidente trabalho	3%
	Licença Parental	13%
	Luto	3%
	Outros	2%

3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

- **Formação**

A Ferconsult nos últimos anos tem feito um grande esforço no cumprimento do plano de formação.

Em 2015, com as alterações internas que houve e a carga de trabalho, o plano de formação inicial foi revisto, tendo sido cumprido quase na sua totalidade.

A ação de formação Gestão de Projetos prevista para o final do ano decorreu apenas no início de 2016, tendo sido uma formação em conjunto com o Metropolitano de Lisboa.

O conteúdo programático foi elaborado “à medida” das necessidades e realidade das duas empresas.

3.4 – Sistema de Gestão Integrado (Qualidade e Ambiente)

A Ferconsult, possuiu um Sistema de Gestão Integrado (Qualidade e Ambiente) certificado de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012. Em Março de 2015, aquando da realização da auditoria externa ao Sistema de Gestão Integrado (SGI) da Ferconsult, a Equipa Auditora destacou os seguintes pontos fortes:

- Envolvimento, conhecimento do Sistema e competência técnica dos colaboradores entrevistados;
- Realização de auditorias internas, com recurso a auditores internos;
- Na metodologia de conceção e desenvolvimento dos projetos, inclusão de uma etapa de “Lições aprendidas – Lessons Learned”;
- O adequado planeamento de transição/migração para o SGI face às alterações em curso.

Nesta auditoria, não foram identificadas quaisquer Não Conformidades, tendo sido registada apenas uma Área Sensível e sugeridas três Oportunidades de Melhoria.

O envolvimento e empenho de todos os Colaboradores, principalmente nos meses que precederam a Auditoria e em que foi efetivamente realizado um esforço para simplificar e melhorar o nosso sistema, bem como implementar algumas ações corretivas ainda pendentes, foi produtivo e reconhecido.

Com a publicação da nova norma ISO 9001:2015 em finais de 2015, que foi homologada pela APQ em 13-10-2015 como NP EN ISO 9001:2015, as organizações têm de proceder à transição para a nova norma até Outubro de 2018. O desafio que se aproxima, ano de 2016, será o de adaptar o SGI da Ferconsult à nova norma ISO 9001:2015

As mudanças incorporadas nesta nova versão da norma ISO 9001:2015 são significativas e têm impacto ao nível dos modelos de gestão estratégica das empresas.

De futuro, e porque as exigências internacionais ao nível de potenciais Clientes e as melhores práticas no sector assim o ditam, a Ferconsult deverá apostar na certificação em Segurança e Saúde do Trabalho e em Responsabilidade Social. Este é o caminho natural para as empresas que possuem um sistema integrado de gestão certificado e amadurecido.

Com a publicação da NP EN ISO 9001:2015 já no final do ano de 2015, a Ferconsult apostou em aguardar pela disponibilização no mercado de formações na transição da norma, que se realizarão em 2016 para a formação dos seus quadros técnicos diretamente envolvidos na adaptação do SGI ao novo quadro de normas ISO.

Foi também revista a norma ISO 14001:2015, aguardando-se a publicação como norma Portuguesa.

Comunicação Externa

No sítio na Internet da Empresa foi complementada a informação de obrigação legal, e realizadas as atualizações necessárias no que se refere a informação que deverá encontrar-se disponível ao público.

Encontra-se disponível no sítio na Internet:

- Informação de âmbito Sistema de Gestão Integrado, a Política Integrada da Ferconsult, o Manual de Gestão Integrado (MGI) e certificados da APCER;
- Informação de carácter legal, apresentação da empresa, missão, visão e valores, órgãos sociais, elementos curriculares e os últimos cinco Relatórios e Contas aprovados.

Comunicação Interna

Mantêm-se disponíveis, no portal interno da empresa, a Política Integrada, o MGI (Manual de Gestão Integrado) e a Matriz de Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais, bem como todos os procedimentos, formulários e demais documentos associados ao Sistema de Gestão Integrado, disponíveis para consulta e utilização de

todos os Colaboradores. Encontra-se também disponível, no portal interno, informação de caracter geral e legal.

A Política Integrada, encontra-se afixada em todos os pisos do edifício, assim como, informação de caracter geral e de obrigação legal, nomeadamente no que se refere à Segurança e Saúde no Trabalho, que é regularmente atualizada de acordo com o previsto.

Para além desta forma de comunicação, procedeu-se à divulgação de todos os documentos e informação de âmbito do SGI, a todos os Colaboradores da Ferconsult e a todos os utilizadores do edifício, nomeadamente às duas empresas que ocupam o r/c, bem como a todos os prestadores de serviços que utilizam as instalações e que colaboram connosco.

4 – GOVERNO DA SOCIEDADE

Nos termos do regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, a Ferconsult tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigada, nomeadamente, com a inclusão de um capítulo próprio relativo ao governo da sociedade no seu relatório e contas.

4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa

4.1.1 – Missão

Disponibilizar soluções eficazes que excedam as expetativas dos nossos clientes. Ser uma organização cada vez mais robusta apostando em novos mercados e solidificando a sua posição nacional. Apostar na inovação e na qualidade enquanto promotores de desenvolvimento económico, de forma contínua e sustentada.

4.1.2 – Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos para a Ferconsult são:

a) Garantir a sua sustentabilidade – a empresa para além de necessitar de projetos mais rentáveis, tem premência em completar a reestruturação na empresa, já iniciada, mas que ainda não houve condições para implementar na totalidade. Importa também reforçar as encomendas, pois em 2016 ficarão concluídos alguns projetos, sendo necessário substituí-los por outros de dimensão semelhante.

b) Internacionalização – A internacionalização é uma opção natural face à escassez de trabalho no mercado nacional e face às necessidades da competência e experiência da Ferconsult nalguns países onde existem fortes investimentos em infraestruturas de transportes. Verifica-se, contudo, um arrefecimento das economias onde a Ferconsult tem desenvolvido a sua principal atividade nos últimos anos, o que impõe a necessidade de procurar outros mercados alternativos que apresentem oportunidades que se mostrem interessantes do

ponto de vista empresarial nas áreas geográficas e países definidos como estratégicas.

c) Exportação de engenharia – a empresa tem-se constituído como veículo de exportação de engenharia nacional, uma vez que o seu *portfolio*, único em Portugal, tem permitido a elegibilidade em concursos internacionais no sector dos sistemas de transporte em sítio próprio, onde outras empresas de engenharia nacional não têm as referências nem experiência necessárias para aceder.

d) Empresa posicionada no mercado concorrencial internacional - uma condição necessária, embora não suficiente, para que a Ferconsult possa atingir a sua sustentabilidade, é a obtenção de uma operacionalidade em condições de equidade, no mercado concorrencial internacional onde está a desenvolver a sua atividade; tal implica a libertação de algumas das medidas impostas ao Setor Empresarial do Estado que hoje podem limitar a atividade da empresa, e o estabelecimento de uma relação comercial normal com a banca.

4.1.3 – Políticas

A Ferconsult visa prosseguir as políticas da qualidade e ambiente, pelo que pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a satisfação dos seus clientes, bem como a preservação e proteção do meio ambiente.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult assume para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados, bem como com o desenvolvimento das melhores Práticas Ambientais e de uma Cultura de Segurança e Saúde, fornecendo a todos uma FORMAÇÃO adequada;
- CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS, ambicionando exceder as expectativas dos Clientes, satisfazendo as suas exigências e Critérios de Carácter Ambiental

e respeitando os Princípios Gerais de Prevenção e de Segurança nas diferentes abordagens e em todos os ciclos dos Projectos;

- CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACIONISTA e para a Sociedade em geral, através da participação em cadeias de valor acrescentado que potenciam o crescimento económico;
- Preferência por FORNECEDORES e parceiros que prossigam políticas de Sustentabilidade Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho;
- ATUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;
- RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, MELHORANDO A SUA GESTÃO de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da MOBILIDADE SUSTENTÁVEL;
- MANUTENÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados; e
- AVALIAÇÃO periódica da eficácia do Sistema Gestão Integrado, com vista à melhoria contínua, rumo à Sustentabilidade.

4.2 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

4.2.1 – Conselho de Administração

Nos termos do Contrato de Sociedade da Ferconsult, o Conselho de Administração é composto por um número impar de membros, de três ou cinco, eleitos trienalmente em assembleia geral e reelegíveis uma ou mais vezes.

Durante o ano 2015 verificou-se a mudança de conselho de administração, na sequência de uma nova eleição em assembleia geral realizada em 26 de fevereiro de 2015.

Assim, até fevereiro o C. A. foi o seguinte:

4.2.1.1. - Mandato 2010-2012

Cargo		Eleição
Presidente	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas **(b)**	28.09.2012
Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso **(b e c)**	28.09.2012
Vogal	Eng.º João Mário Simões Viana **(a)**	06.09.2010

O Presidente e o vogal, Luís Barroso, eram simultaneamente, membros do conselho de administração do acionista único, a Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

O vogal, João Viana, era o administrador residente.

(a) Este membro foi eleito em 06.09.2010 para o mandato 2010/2012, que veio a ser prorrogado até à sua substituição realizada em 26.02.2015;

(b) Estes membros foram eleitos em 28.09.2012, em substituição dos membros renunciantes, para completar o mandato 2010/2012, tendo o mesmo sido prorrogado até à eleição de um novo conselho de administração realizado em 26.02.2015;

(c) O Vogal do C.A., Dr. Luis Carlos Antunes Barroso apresentou em 07.01.2015, com produção de efeitos a partir de 08.01.2015, a sua renúncia ao mandato.

4.2.1.2. – Novo Conselho de Administração

Na Assembleia Geral da Ferconsult, realizada em 26 de Fevereiro de 2015, foi eleito um novo Conselho de Administração para o mandato 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Mandato 2015-2017

Cargo		Eleição
Presidente	Eng.º Rui Lopes Loureiro	26.02.2015
Vogal	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	26.02.2015
Vogal	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	26.02.2015

4.2.1.3 – Novos Conselhos de Administração, eleitos em 2016

1. Após 31 de Dezembro de 2015, verificaram-se os seguintes factos relevantes:

a) As renúncias aos respetivos mandatos apresentadas em 07 de janeiro de 2016 pelo presidente e pelos vogais do conselho de administração, Rui L. Loureiro, Pedro Gonçalo B. A. Bogas e Tiago Alexandre C. Santos;

b) A eleição em assembleia geral realizada em 08 de janeiro de 2016, do novo Conselho de Administração para conclusão do mandato em curso, triénio 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Conclusão do Mandato 2015-2017

Cargo		Eleição
Presidente	Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	08.01.2016
Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	08.01.2016
Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	08.01.2016

2. Após 31 de Dezembro de 2015, verificaram-se os seguintes factos relevantes:

a) As renúncias aos respetivos mandatos, apresentadas em 12 de maio de 2016, pelo presidente e pelo vogal do conselho de administração, Tiago Lopes Farias e Maria Helena Campos, respetivamente;

b) A eleição em assembleia geral realizada em 12 de maio de 2016, do novo Conselho de Administração para conclusão do mandato em curso, triénio 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Eleito em	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
2016-2017	Presidente	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	12-05-2016	1
2016-2017	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	08-01-2016	2
2016-2017	Vogal	Eng.º João Mário Simões Viana	12-05-2016	2

4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração

Mandato 2010-2012

- Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas, Presidente
    - Representação institucional da Ferconsult
    - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do ENSITRANS, A.E.I.E., desde 11.04.2013
- Eng.º João Mário Simões Viana, Vogal
    - Administrador residente
    - Secretário da Mesa da Assembleia Geral do ENSITRANS, A.E.I.E., desde 11.04.2013
- Dr. Luís Carlos Antunes Barroso, Vogal

Mandato 2015 – 2017

Cargo		Eleição
Presidente	Eng.º Rui Lopes Loureiro	26.02.2015
Vogal	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	26.02.2015
Vogal	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	26.02.2015

4.2.3 – Mesa da Assembleia Geral

4.2.3.1. - Mandato 2010-2012

Cargo		Eleição
Presidente	Dra. Filipa Alexandra Queirós Cardoso Aires Bandeira de Melo	28.09.2012
Secretário	Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares	28.09.2012

4.2.3.2. - Mandato 2015-2017

Cargo		Eleição
Presidente	Dra. Filipa Alexandra Queirós Cardoso Aires Bandeira de Melo	28.09.2012
Secretário	Dr. Luís Miguel Vale do Couto	08.01.2016

4.2.4 – Fiscal Único

Mandato 2014-2016

Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., pessoa coletiva n.º 509224547, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 235, representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, ROC n.º 979, eleito na A. G. de 17.12.2014.

Fiscal Único suplente: António Manuel Castanho Miranda Ribeiro, ROC n.º 778, eleito na A. G. de 17.12.2014.

4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Tendo em conta que o Presidente e um dos vogais eram, simultaneamente, administradores do acionista único, a empresa Metropolitano de Lisboa, EPE, apenas o administrador residente auferiu remuneração pelo desempenho do seu cargo na empresa, até ter sido substituído em fevereiro de 2015.

Após a assembleia geral de fevereiro todos os administradores passaram a ser remunerados apenas pelo exercício dos respetivos cargos no acionista único.

4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana

Remuneração base	3.131,49 euros	14 vezes por ano
Despesas de Representação	1.252,60 euros	12 vezes por ano
Subsídio de refeição	10,06 euros	

4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.

Honorários	9.900,00 euros anual

4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração (2 meses em 2015)

4.3.3.1.	Remuneração	Vogal
4.3.3.1.1.	Remuneração base anual/fixa	9.129.54
4.3.3.1.2.	Despesas de Representação	2.505,20
4.3.3.1.3.	Redução decorrente da Lei 55-A/2010	-995,90
4.3.3.1.4.	Remuneração anual efetiva	10.638,84
4.3.3.2.	Outras regalias e compensações	
4.3.3.2.1.	Plafond anual em comunicações	1.200,00
4.3.3.2.2.	Gastos de utilização de comunicações móveis	135,51
	Transmissão de dados	29,80
4.3.3.2.3.	Subsídio de deslocação (ajudas de custo)	170,41
4.3.3.2.4.	Subsídio de refeição	362,16
4.3.3.3.	Encargos com benefícios sociais	
4.3.3.3.1.	Proteção social	2.059,47
4.3.3.3.2.	Seguro de saúde	74,92
4.3.3.3.3.	Seguro de vida	0,00
4.3.3.3.4.	Seguro de acidentes pessoais	68,80
4.3.3.3.5.	Seguro de acidentes de trabalho	95,16

.

4.3.3.4.	Parque automóvel	
4.3.3.4.1.	Marca	BMW
4.3.3.4.2.	Modelo	320D
4.3.3.4.3.	Matricula	36-DD-55
4.3.3.4.4.	Modalidade de utilização	*Leasing*
4.3.3.4.5.	Valor de referência da viatura	20.100,00
4.3.3.4.6.	Ano de início	2012[2]
4.3.3.4.7.	Ano de Termo	2016
4.3.3.4.8.	Combustível gasto com a viatura	320,98
4.3.3.4.9.	Plafond anual de combustível atribuído	3.757,80[3]

4.3.3.5.	Outros (2 meses em 2015)	
	Seguro automóvel	90,61
	Conservação e manutenção	0
	Portagens e parques	103,36
	IUC	6,95
	Amortizações	0

4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

No presente capítulo, optou-se por garantir a aplicabilidade da estrutura solicitada pela DGTF, encontrando-se parte da informação apresentada desenvolvida em capítulos próprios.

[2] Viatura usada, que já se encontrava ao serviço da empresa, desde 2007, tendo sido adquirida em 2012. Viatura de serviço personalizada sujeita ao regime de tributação fiscal, em sede de IRS.
[3] Definido de acordo com o nº 3 do Art.º 33 do DL nº8/2012 de 18 de Janeiro.

4.4.1 – Estratégias adotadas

Sendo o objetivo estratégico da Ferconsult assegurar a sustentabilidade da empresa, a estratégia adotada encontra-se já enunciada no capítulo 1. “Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa”.

4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A Ferconsult identificou os riscos e as dificuldades sentidas, bem como as oportunidades que podiam ser desenvolvidas visando a melhoria e o aumento do grau da consciência sustentável na empresa, optando por uma política de desenvolvimento da sua atividade de forma equilibrada e sustentada, considerando ser esta a forma de garantir a sua sustentabilidade e competitividade a longo prazo.

Assim, a Política da Qualidade e Ambiente da Ferconsult reflete estas preocupações e traduz-se no seguinte:

A Ferconsult pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a SATISFAÇÃO DOS SEUS CLIENTES, bem como a PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult, SA assume, para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados, bem como com o desenvolvimento das melhores Práticas Ambientais e de uma Cultura de Segurança e Saúde, fornecendo a todos uma FORMAÇÃO adequada;
- CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS, ambicionando exceder as expectativas dos Clientes, satisfazendo as suas exigências e Critérios de Carácter Ambiental e respeitando os Princípios Gerais de Prevenção e de Segurança nas diferentes abordagens e em todos os ciclos dos Projectos;

- CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACIONISTA e para a Sociedade em geral, através da participação em cadeias de valor acrescentado que potenciam o crescimento económico;
- Preferência por FORNECEDORES e parceiros que prossigam políticas de Sustentabilidade Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho;
- ATUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;
- CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO aplicável, os requisitos contratuais e outros, subscritos pela Empresa;
- RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, MELHORANDO A SUA GESTÃO de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da MOBILIDADE SUSTENTÁVEL;
- MANUTENÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados; e
- AVALIAÇÃO periódica da eficácia do Sistema Gestão Integrado, com vista à melhoria contínua, rumo à Sustentabilidade.

4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Os principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa são:

Operacionais:

- Qualidade do serviço;
- Desajustamento dos ativos humanos (em face da carteira de trabalhos da empresa, e as necessidades organizativas, a atual distribuição dos recursos está desajustada às necessidades);
- Diversificação de clientes;

- Continuação de referências em projetos para elegibilidade em concursos internacionais;
- Apoio dos técnicos especializados do ML em áreas não existentes na empresa;
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.

Financeiros:

- Tesouraria;
- Obtenção de garantias bancárias indispensáveis à sua atividade;
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.
- Controlo da execução financeira dos projetos.

4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

A Ferconsult atua num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

No âmbito do novo modelo de governo do setor empresarial do Estado, a Ferconsult tem vindo, de forma gradual, a aplicar os princípios de bom governo.

Responsabilidade social e ambiental:

Na Ferconsult têm sido adotadas diversas práticas ambientalmente corretas, tendo a empresa implementado e obtido a certificação APCER do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, que está devidamente articulado com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), de que a empresa também está certificada, segundo norma NP EN ISSO 9001:2008.

4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo

A Ferconsult tem vindo, de forma gradual, a implementar as ações necessárias para dar cumprimento às práticas de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, definidas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro.

4.4.6 – Código de ética

A Ferconsult tem, desde 14 de fevereiro de 2005, um "Código de Conduta Empresarial" que se aplica a todos os que trabalham na empresa, não só nas suas relações interpessoais, como nas relações a estabelecer com todas as entidades, singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que, a qualquer título, se relacionem com a Empresa.

5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

5.1 – Prazo médio de pagamento

O prazo médio de pagamento da Ferconsult a fornecedores habituais é de 178 dias. Se considerarmos as relações com o acionista, este prazo passa a ser de 142 dias.

5.2 – Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, foi prestada informação atempada ao acionista, para cumprimento dos seus deveres de informação junto da Inspeção-Geral de Finanças e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeadamente através dos seguintes documentos:

- Planos de atividades anuais;
- Orçamentos anuais;
- Demostração dos fluxos de caixa;
- Cálculo dos prazos médios de pagamento

- Mapas de pessoal.

5.3 – Recomendações do acionista

São feitas através das reuniões do CA da empresa, onde dois membros são também membros do CA do acionista.

5.4 – Remunerações

Em 2015 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro), bem como à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

Nesses termos, procederam-se a todas as reduções remunerações legalmente consagradas nos supracitados diplomas legais.

5.5 – Prémios de gestão

Os membros do Conselho de Administração da Ferconsult não auferem, remunerações variáveis ou prémios de gestão, dando cumprimento ao determinado no artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.

5.6 – Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos sociais foi objeto das reduções remuneratórias constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2015, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, bem como da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, o que vem refletido no capítulo relativo às respetivas remunerações.

5.7 – Quadro resumo

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)		X			
Deveres Especiais de Informação			X	Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X	Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artº 41º da Lei n.º 82-B/2014	X				
Órgãos sociais – Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de Fevereiro	X				
Órgãos sociais-redução remuneratória nos termos da Lei n.º 75/2014, de 12 setembro	X			995,90€	
Órgãos sociais-redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro	X			165.707,47€	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X			Não existem cartões de crédito	
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Não há despesas de representação pessoal	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			X	Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal				(- 28,34%)	
Fornecimentos e Serviços Externos				(28,19%)	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos				(-29,37%)	
Nº de cargos dirigentes				(-50%)	

6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2015 foi condicionado uma vez mais pela manutenção da situação económica do país relativamente aos anos anteriores. A nível internacional manteve-se também o abrandamento da maior parte das economias, dando continuidade ao foco dos nossos concorrentes nas economias emergentes, mantendo em alta o nível da concorrência.

A pressão sobre a atividade financeira manteve-se, em especial em Portugal, essencialmente no que diz respeito às necessidades de liquidez da economia e consequentemente das empresas.

A nossa empresa não foi exceção, tendo-se agravado neste exercício as já grandes dificuldades de tesouraria, obrigando a um constante esforço na recuperação dos créditos sobre clientes e, com a agravante de se encontrar completamente impossibilitada de recorrer a crédito bancário. Mantém-se também a pressão negativa sobre as empresas do Sector Empresarial do Estado evidenciando uma desvantagem significativa em relação aos nossos concorrentes privados, dado que este setor deixou de ser, há já algum tempo, bastante apetecível junto da banca, para passar a ser considerado um sector de alto risco e como tal a evitar.

Mas não é só no acesso ao crédito que esta questão se coloca. No que diz respeito à obtenção de garantias bancárias – matéria essencial para a nossa atividade – as dificuldades que enfrentámos mantiveram-se, tendo sido já imensas nos dois exercícios anteriores. Para o tipo de trabalhos que executamos, são sempre necessárias garantias bancárias, sejam para garantir a manutenção das nossas propostas, durante o prazo dos concursos, sejam para permitir adiantamento de clientes ou ainda para garantir a boa execução dos contratos. Sem esta ferramenta é impossível manter e desenvolver a nossa atividade.

Durante o ano de 2015, mais uma vez, foram várias as necessidades de garantias bancárias, frutos de projetos entretanto contratados, mantendo-se a dificuldade na sua obtenção.

Como exemplo podemos apontar de novo o caso dos projetos Extensão “E” (El Harrach / Aéroport) e Extensão "F" (Ain Naadja/Baraki) do metro de Argel, para os quais foi necessário obter um total de doze garantias para um valor total de cerca 1,1 M€. O processo de obtenção das garantias bancárias foi iniciado em Junho de 2015 e, à

semelhança de situações anteriores, foram feitas várias tentativas junto da banca comercial, mas apenas um banco (CGD) se mostrou disponível para o fazer, mas com custos elevados, exigindo um seguro à exportação da COSEC e ainda um aval do Acionista e consequentemente do Estado Português. Este processo foi complexo e moroso e ainda não se encontra concluído, tendo causado notórias dificuldades à Empresa, quer do ponto de vista de tesouraria, pois impede qualquer recebimento do Cliente pelo trabalho já desenvolvido, quer por não cumprir, em devido tempo, as obrigações contratuais, o que leva a que muitas vezes o Cliente não consiga entender as nossas dificuldades. Como consequência, as dificuldades de tesouraria foram agravadas, constituindo um dos maiores problemas da empresa, consumindo tempo e energia e colocando enormes dificuldades operacionais. O aumento da atividade da empresa provocou também um aumento das necessidades de fundo de maneio, agravando a tesouraria, o que mantém a necessidade de encontrar soluções para esta questão.

No atual enquadramento económico da empresa mantêm-se as preocupações permanentes na racionalização dos gastos de estrutura e na otimização dos meios disponíveis com vista ao aumento da produtividade e angariação de novos trabalhos.

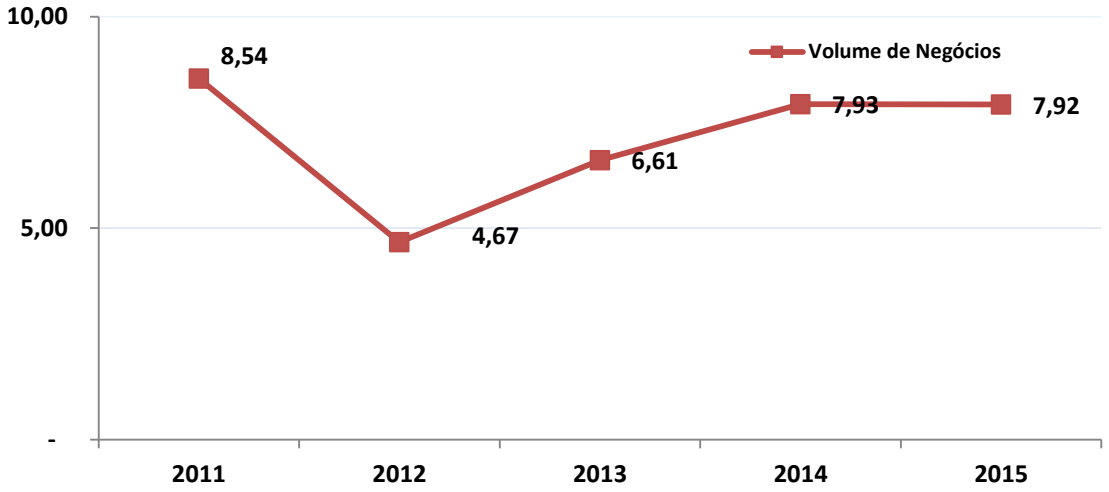
A atividade da Empresa neste exercício foi idêntica à do ano anterior, com uma ligeira diminuição do volume de negócios de 7,93 M€ para 7,92 M€, ou seja -0,01%, valor pouco significativo.

A Empresa encerrou o ano 2015, com um resultado antes de impostos na ordem dos 1,587 M€ a que corresponde um EBITDA de aproximadamente -1,440 M€.

INDICADORES GERAIS

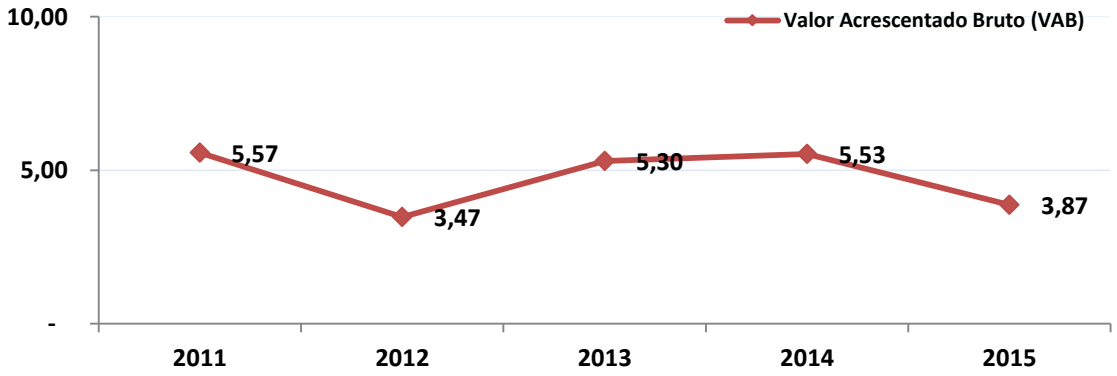
Volume de Negócios

O volume de negócios total da Ferconsult, em 2015, cifrou-se em 7,92 milhões de euros, a que corresponde um ligeiro decréscimo de 0,01 milhões de euros (-0,1%) em relação ao ano anterior, como se evidencia no gráfico seguinte:



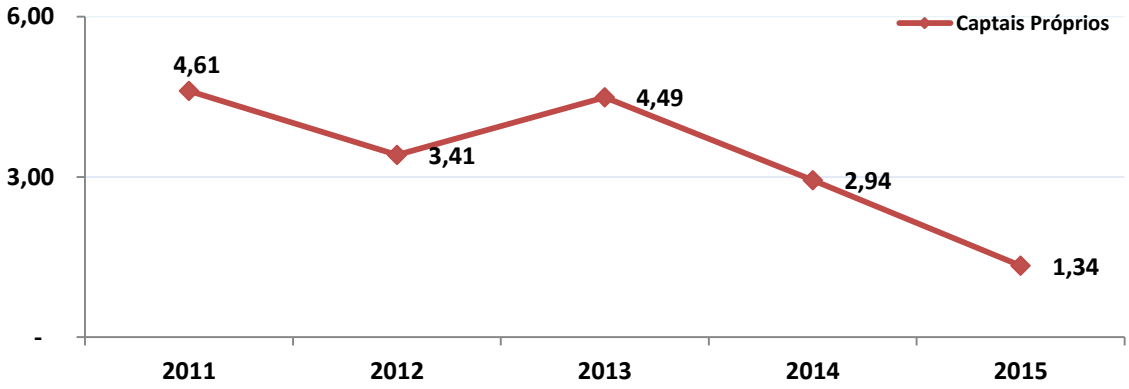
Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O VAB realizado no exercício de 2015, que corresponde ao contributo líquido da Empresa para o PIB (Produto Interno Bruto), ou seja a remuneração dos fatores trabalho e capital, cifrou-se em 3,87 milhões de euros, o que reflete um decréscimo de cerca de 30,0% em relação ao ano anterior (5,53 milhões de euros).



Capitais Próprios

No final do exercício, o total do capital próprio cifrava-se em 1,335 milhões de euros, tendo-se registado uma diminuição na ordem dos -54,5% (-1,60 m€) em relação ao ano anterior, como consequência do resultado negativo do exercício. O atual valor dos capitais próprios (1,34 milhões de euros) ainda é considerado suficiente para uma aceitável performance económico-financeira e corresponde a um rácio de Autonomia Financeira na ordem dos 13,9%.



RESULTADOS E CASH-FLOW

A Empresa encerrou o ano 2015, com um défice nos resultados antes de impostos na ordem dos 1,59 M€ a que corresponde um EBITDA de aproximadamente -1,44 M€.

Para este resultado contribuíram em grande medida dois fatores extraordinários que foram os seguintes:

1 – Reestruturação dos quadros do pessoal que levaram ao pagamento de Indemnizações por rescisões de contratos cerca de € 508.000,00;

2 – Variação das Provisões para perdas em Projetos, nomeadamente da linha 15 do Metro de São Paulo e Extension "F" du métro d'Alger - tronçon Ain Naadja/Baraki e Outras Provisões que geraram um montante de cerca de € 443.000,00.

Estes resultados refletem ainda assim a continuação de um enorme esforço de gestão no sentido de dotar a empresa, de uma estrutura que garanta a sustentabilidade da empresa.

Estes esforços passaram essencialmente pela entrada em produção de novos contratos, resultado de um esforço comercial iniciado em exercícios anteriores, bem como uma continua racionalização dos meios humanos e uma contenção significativa de todos os custos. Ainda assim torna-se necessário continuar todos estes esforços, ficando por conseguir eliminar alguma inatividade ainda existente, em particular na área de Fiscalização de Obras, que apesar da realocação de meios humanos efetuada sempre que possível, para a área de projeto, onde existe necessidade de produção, tem ainda um peso significativo nos resultados da empresa.

Observando a variação dos resultados líquidos dos últimos exercícios, face a cada um dos anos imediatamente anteriores, verificamos que desde 2010 até 2013 houve sempre uma melhoria significativa dos resultados. Em 2014 e 2015 há um agravamento significativo dos resultados pelas razões já apontadas.

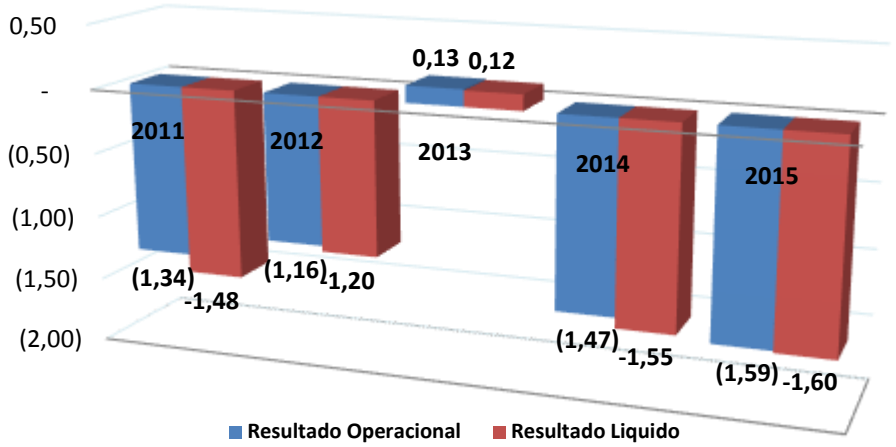
Resultado Operacional

Os resultados operacionais atingiram o montante de 1,59 milhões de euros negativos, correspondendo a uma margem operacional em função do Volume de Negócios na ordem dos -20,0%, mantendo-se em linha com o ano transato.

Resultado Líquido

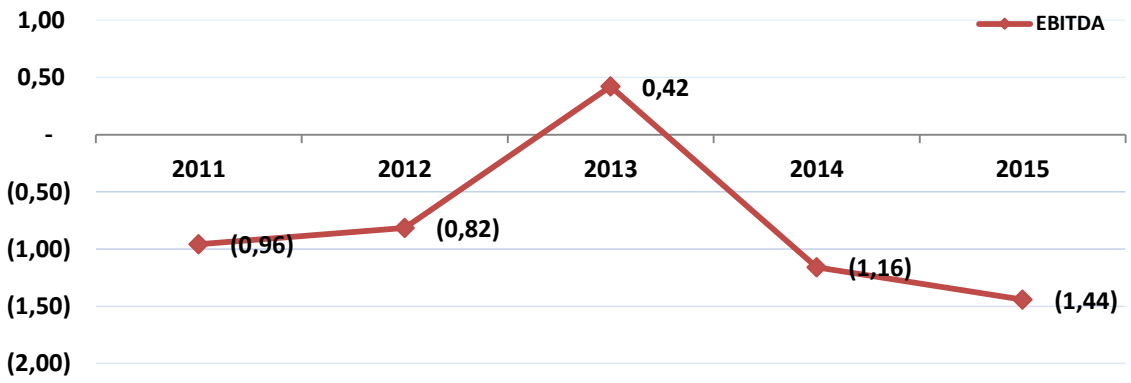
A Empresa obteve um resultado líquido no montante de 1,60 milhões de euros negativos, que representa a margem líquida global da atividade da Empresa, depois de impostos.

Os resultados líquidos tinham-se cifrado no exercício anterior em 1,55 milhões de euros negativos, tendo-se verificado um agravamento (-0,05 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior.



Cash-flow operacional (EBITDA)

A Empresa obteve um cash-flow operacional (EBITDA) negativo, no montante de 1,44 milhões de euros, que corresponde à margem operacional da atividade gerada durante o exercício de 2015, excluindo amortizações, ajustamentos e provisões, registando um agravamento de 0,28 milhões de euros face ao ano anterior, cujo valor se situou nos -1,16 milhões de euros negativos.



INDICADORES DE RENTABILIDADE

Indicadores de Rentabilidade	2011	2012	2013	2014	2015
Rentabilidade Operacional das Vendas	-15,7%	-24,8%	2,0%	-18,6%	-20,0%
Rentabilidade Liquida das Vendas	-17,4%	-25,7%	1,8%	-19,6%	-20,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-32,1%	-35,3%	2,7%	-52,9%	-123,0%
Valor Acrescentado Bruto (VAB) (Meuros)	5,57	3,47	5,30	5,53	3,87
VAB/Volume Negócios	65%	74%	80%	70%	49%

Rentabilidade Operacional das Vendas

O resultado operacional obtido de -1,59 milhões de euros corresponde a uma taxa de rentabilidade operacional das vendas (Volume de Negócios) de -20,0%, registando-se um agravamento de aproximadamente 1,4 pontos percentuais face ao ano de 2014.

Rentabilidade Liquida das Vendas

O resultado líquido obtido de -1,60 milhões de euros, corresponde a uma taxa de rentabilidade líquida das vendas (Volume de Negócios) de -20,2%, cerca de 0,6 pontos percentuais inferior ao ano anterior.

Rentabilidade dos Capitais Próprios

A correlação do resultado líquido obtido no exercício de 2015 de -1,60 milhões de euros, com o total dos capitais próprios no fim do exercício de 1,34 milhões de euros, traduz uma taxa de rentabilidade líquida do capital próprio aplicado na Empresa, negativa, correspondente a -123,0%.

INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores Financeiros	2011	2012	2013	2014	2015
Autonomia Financeira	28,2%	24,8%	45,8%	34,7%	14,6%
Liquidez Geral	117,6%	119,0%	126,7%	145,6%	113,0%
Solvabilidade	39,2%	33,0%	84,6%	53,2%	17,1%
EBITDA (Meuros)	- 0,96	- 0,82	0,42	- 1,16	- 1,44

Autonomia Financeira

O rácio da autonomia financeira, que traduz a relação dos capitais próprios com o total dos ativos da Empresa, sofreu uma diminuição de -23,1 pp) relativamente ao ano de 2014, fixando-se no fim do exercício em 14,6%.

Liquidez Geral

A Empresa apresenta em 2015 um rácio de liquidez geral de 113,0%, acima do rácio mínimo aceitável para o exercício da atividade, e registando uma diminuição de recuperação de 32,6 pp face ao ano transato.

Solvabilidade

O rácio da Solvabilidade, que traduz a capacidade da Empresa para regularizar o seu passivo em função do volume de capitais próprios, fixou-se em cerca de 17,1%, registando um decréscimo significativo de 36,1 pp comparativamente ao ano anterior.
Os resultados do exercício tiveram um impacto negativo nos indicadores financeiros, que diminuíram, situando-se próximos dos valores obtidos em 2012. De referir a importância dos indicadores nas avaliações para efeitos de concursos públicos, pelo menos no caso da Argélia, onde estes indicadores não são apenas critérios de admissibilidade, mas sim de avaliação das propostas.
No caso ainda dos concursos para o cliente EMA, existem outros indicadores que fazem parte da avaliação da capacidade financeira, que dependem exclusivamente da performance financeira dos concorrentes, nomeadamente da evolução do volume de negócios e do *cash-flow,* dos três últimos exercícios. Neste caso apenas a estabilização do volume de negócios foi positiva, pelo que há que melhorar se mantém o desafio de consolidar e estender melhorias no futuro.

7 – PERSPETIVAS PARA 2016

A Empresa continua a apostada na sua sustentabilidade económica, embora exista a consciência que este tem sido um caminho difícil, quer por fatores internos quer por fatores externos.

Mantêm-se válidos para 2016 os grandes objetivos que têm sido definidos para os últimos anos, continuando atual a necessidade de reforço da componente de controlo de gestão financeira e de projeto, face ao elevado risco dos projetos que atualmente desenvolvemos.

O Conselho de Administração já identificou a necessidade de se elaborar um Plano de Desenvolvimento a 5 anos para a Ferconsult, com o objetivo de dotar a empresa de um instrumento de gestão para desenvolver a sua atividade de forma eficaz e eficiente, no âmbito dos grandes objetivos determinados pelo seu acionista. Com este documento, que ficará concluído dentro de alguns meses, a empresa ficará na posse do diagnóstico estratégico e de uma proposta estruturada, com uma orientação estratégica validando a visão do acionista, a missão e as competências existentes e pretendidas para o futuro, o foco estratégico da empresa, o modelo organizacional, os principais objetivos a atingir, e uma proposta de planos de ação, sua calendarização exequível e recursos necessários mobilizar, em conformidade com o cenário de desenvolvimento validado pelo acionista da Ferconsult.

É previsível que a empresa continue a focar a sua ação nos mercados internacionais mais promissores ou onde a Ferconsult apresenta já vantagens competitivas, por ali se continuarem a registar novos investimentos no sector dos transportes urbanos em sítio próprio, apesar do forte arrefecimento das economias nesses mercados, designadamente no Norte de África, Médio-Oriente e América Latina.

Mas é aqui que a empresa deverá continuar a focar a sua atividade comercial, além da procura na diversificação noutros mercados de modo a reduzir o risco da grande dependência dos clientes hoje existentes, tanto mais que a redução do preço do petróleo que afeta a balança de pagamentos argelina e a crise institucional e a redução do crescimento económico no Brasil podem afetar a capacidade financeira e, subsequentemente, a capacidade de concretização dos grandes projetos de infraestruturas de transportes planeados naqueles países.

Na verdade a empresa está já sentir um agravamento dos tempos de pagamento por parte dos clientes públicos argelinos, tempos que se somam aos que resultam das dificuldades que a Ferconsult tem, de alguns anos a esta parte, na obtenção das garantias bancárias à efetiva concretização dos contratos, acarretando também um atraso nas faturações apesar dos trabalhos já estarem a decorrer.

Como tem acontecido nos últimos anos, a Ferconsult estará sempre disponível para analisar oportunidades noutras regiões geográficas, quando exista o desafio para colaboração com outras empresas portuguesas ou internacionais, e desde que o projeto se afigure de interesse empresarial, após uma avaliação do projeto concreto, dos respetivos montantes de investimento e retorno, das competências e referências necessárias e de eventuais riscos envolvidos.

É reconhecido que, nos últimos anos, o mercado nacional não tem apresentado oportunidades na área de atividade da empresa. Contudo, a recente apresentação do Plano Nacional de Reformas pelo Governo, com investimentos previstos no setor dos transportes urbanos e ferroviários nacionais, permite alimentar a esperança da Ferconsult estar envolvida nesses projetos, quer pela sua experiência e know-how único em Portugal, quer pelas suas competências no âmbito das disciplinas ferroviárias, quer, sobretudo, pelo seu profundo e exclusivo conhecimento não só da rede do metro de Lisboa, mas também do metro do Porto onde participou desde a primeira hora. Embora se desconheça se o arranque destes projetos irá já acontecer em 2016, existe a natural expetativa de a Ferconsult participar ativamente nestes novos empreendimentos, em parte ou em todas as suas fases, em 2016 e nos anos seguintes, havendo que garantir que todos os eventuais bloqueios à participação da empresa possam ser ultrapassados, em benefício da qualidade final dos projetos, das empresas adjudicantes e do país.

Para a atividade da Ferconsult, sobretudo para os projetos integrados que tem vindo a desenvolver fora do país, é essencial que a empresa continue a contar com o conhecimento e experiência dos técnicos especialistas do Metro de Lisboa, nas áreas complementares às competências existentes na Ferconsult e que constituem um fator diferenciador perante os clientes e por comparação com os nossos principais concorrentes.

Continua atual a necessidade de um redimensionamento da empresa com o objetivo de adequar a capacidade de produção à procura estimada e, sobretudo, aos tipos de serviço requeridos. A par de uma redução de recursos menos adequados aos atuais

desafios, é importante assegurar a entrada de técnicos com a formação de base específica nas áreas hoje mais carenciadas e com uma cultura de negócio, de modo a garantir não só a continuidade do conhecimento e saber da empresa nas áreas chave em que atua, mas também dotar a empresa com a capacidade de gestão e liderança nos níveis onde aquelas são insuficientes. Só com uma forte cultura de negócio e uma adequação dos recursos às atuais necessidades, a empresa terá condições para atingir os níveis de competitividade necessários para assegurar a sua sustentabilidade.

As dificuldades de tesouraria continuarão a fazer-se sentir em 2016, resultantes principalmente da décalage entre o trabalho produzido e a faturação por força das condições de alguns contratos existentes, mas também por alguns atrasos de pagamento de clientes institucionais, apesar de um cada vez maior controlo de faturação e de pressão nos recebimentos por parte da empresa. O facto de a Ferconsult não ter tido acesso a crédito bancário, a par do complexo processo de obtenção de garantias bancárias, essenciais para a nossa atividade, tem limitado uma normal atividade empresarial. Neste campo em 2015 foram dados passos importantes no sentido da contratação, junto da banca comercial, de uma linha de crédito de apoio à exportação e para a obtenção de garantias bancárias, processo este que está bem encaminhado e que esperamos venha a ser concretizado em 2016, evitando a asfixia de tesouraria que a empresa tem vivido. Mesmo assim é importante continuar com o apoio que tem sido dado pelo nosso acionista, e solicitar uma sensibilização da tutela para a simplificação dos processos, nas situações onde pode atuar diretamente.

Serão estes os vetores fundamentais a desenvolver em 2016: repensar a empresa em função dos objetivos estratégicos definidos pelo acionista e implementar as ações daí decorrentes, posicionamento para um forte envolvimento nos novos projetos nacionais de transporte urbano e de infraestruturas, foco nos mercados internacionais onde a empresa possa apresentar uma efetiva vantagem competitiva, instituir uma verdadeira cultura de negócio e de responsabilidade a todos os níveis da empresa, executar os trabalhos obtidos com satisfação do cliente e com rentabilidade, e obtenção de ganhos de melhores níveis de eficiência e eficácia, mantendo as competências base e o know-how técnico diferenciador.

Hoje continua a ser maior o perfil de risco da empresa por comparação com a época em que existia um melhor equilíbrio entre a atividade de elaboração de projetos e de fiscalização. Na verdade, com uma cada vez maior preponderância das prestações de serviços de estudos e projetos e considerando que aquelas se destinam a mercados

internacionais fortemente concorrenciais, em regra com riscos mais elevados, o desafio para os próximos anos será cada vez maior. Impõe-se uma maior cultura de negócio, de exigência e de responsabilidade, na preparação de propostas comerciais (identificação dos riscos e composição dos preços), de planeamento e de controlo das atividades de produção, de acompanhamento dos clientes, bem como uma cuidada gestão dos contratos, a par de um empenhado e rigoroso controlo de gestão financeira, de forma a assegurar uma boa rentabilidade dos projetos. Estes são requisitos essenciais para um bom desempenho da empresa e para o regresso aos resultados operacionais positivos. Por essa razão, é urgente reforçar a componente de gestão de contratos, controlo de gestão e de monitorização financeira dos projetos, situação já há muito identificada pela gestão de topo e que não tem sido possível concretizar face às limitações de contratação a que a empresa está sujeita, embora se admita que, a curto prazo, possa existir um apoio por parte do acionista nesta área.

A empresa está preparada para os novos desafios nacionais e internacionais, no atual ou num enquadramento empresarial diferente e eventualmente com a possibilidade de uma gestão mais flexível, tendo por base a reconhecida capacidade, experiência, qualidade e empenho dos seus técnicos na conceção e concretização de empreendimentos de infraestruturas de sistemas de transportes em sítio próprio.

Por fim, o grande objetivo estratégico da Ferconsult continuará a ser atingir a sua sustentabilidade económico-financeira, colocando o seu conhecimento e saber único em Portugal no apoio ao seu acionista e demais entidades gestoras de infraestruturas de transportes do país, mantendo simultaneamente a sua vocação exportadora de bens transacionáveis, a satisfação dos seus clientes e do seu acionista, a motivação e realização profissional dos seus trabalhadores e o reconhecimento internacional da engenharia portuguesa.

FERCONSULT

8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2015, a Empresa teve um volume de negócios com o montante de € 7.923.405 (sete milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinco euros) e apurou resultados líquidos negativos que ascenderam a € 1.601.632 (um milhão, seiscentos e um mil, seiscentos e trinta e dois euros).

Assim, nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração, considerando os níveis de capitais próprios adequados ao desempenho das suas atividades, propõe à Assembleia Geral, a aplicação do resultado líquido negativo do exercício, no valor global de € 1.601.632 (um milhão, seiscentos e um mil, seiscentos e trinta e dois euros), na rubrica de resultados transitados.

Lisboa, 30 de maio de 2016

O Conselho de Administração,

Maria Helena Campos

Luís Carlos Antunes Barroso

João Mário Simões Viana

9 – ANEXOS

Índice das demonstrações financeiras

Balanços em 31 de dezembro de 2015 e 2014 3

Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 4

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 5

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 6

Anexo às demonstrações financeiras 7

1 INTRODUÇÃO 7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 7
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 8
4 FLUXOS DE CAIXA 16
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 17
6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 19
7 ATIVOS INTANGÍVEIS 19
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL 20
9 CLIENTES 20
10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 21
11 OUTRAS CONTAS A RECEBER 21
12 DIFERIMENTOS 22
13 CAPITAL 23
14 RESERVAS LEGAIS, PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS 23
15 PROVISÕES 24
16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS 25
17 FORNECEDORES 25
18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES 26
19 OUTRAS CONTAS A PAGAR 26
20 SERVIÇOS PRESTADOS 27
21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 27
22 GASTOS COM PESSOAL 28
23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS 29
24 OUTROS GASTOS E PERDAS 29
25 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS 29
26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 30
27 DIVIDENDOS 31
28 COMPROMISSOS 31
29 CONTINGÊNCIAS 32
30 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 32
31 PARTES RELACIONADAS 33
32 EVENTOS SUBSEQUENTES 35

Balanços em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
Activo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	52.174	129.351
Propriedades de investimento	6	-	-
Ativos intangíveis	7	47.529	81.111
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8	433.876	384.426
Participações financeiras - outros métodos		396	396
Clientes	9	559.117	636.673
		1.093.092	**1.231.957**
Corrente			
Clientes	9	2.618.019	1.159.460
Estado e outros entes públicos	10	166.599	146.450
Outras contas a receber	11	4.298.556	5.597.910
Diferimentos	12	173.974	77.726
Caixa e depósitos bancários	4	790.104	242.439
		8.047.253	**7.223.985**
Total do ativo		**9.140.344**	**8.455.942**
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	13	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	14	960.000	960.000
Reservas legais	14	200.000	200.000
Outras reservas	14	7.731.808	7.731.808
Resultados transitados	14	(6.954.921)	(5.400.709)
		2.936.887	**4.491.099**
Resultado líquido do exercício		(1.601.632)	(1.554.212)
Total do capital próprio		**1.335.255**	**2.936.887**
Passivo			
Não corrente			
Provisões	15	783.183	558.985
Financiamentos obtidos	16	-	-
		783.183	**558.985**
Corrente			
Fornecedores	17	2.855.038	1.765.414
Adiantamentos de clientes	18	528.923	506.067
Estado e outros entes públicos	10	158.570	239.083
Financiamento obtidos	16	-	255.825
Outras contas a pagar	19	3.202.801	2.055.260
Diferimentos	12	276.574	138.421
		7.021.906	**4.960.070**
Total do passivo		**7.805.089**	**5.519.055**
Total do capital próprio e do passivo		**9.140.344**	**8.455.942**

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração

Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
Serviços prestados	20	7.923.405	7.931.708
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	49.450	35.449
Fornecimentos e serviços externos	21	(4.060.594)	(2.423.802)
Gastos com o pessoal	22	(5.077.163)	(4.934.703)
Provisões (aumentos/ reduções)	15	(272.164)	65.756
Outros rendimentos e ganhos	23	239.321	60.877
Outros gastos e perdas	24	(243.175)	(1.893.301)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**(1.440.920)**	**(1.158.016)**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5 , 6, 7	(146.309)	(314.450)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(1.587.229)**	**(1.472.466)**
Juros e gastos similares suportados	25	(15)	(30)
Resultados antes de impostos		**(1.587.244)**	**(1.472.496)**
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	(14.388)	(81.716)
Resultado líquido do exercício		**(1.601.632)**	**(1.554.212)**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração:

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2013		1.000.000	960.000	200.000	7.731.808	(5.522.197)	121.488	4.491.099
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2013		-	-	-	-	121.488	(121.488)	-
		-	-	-	-	121.488	(121.488)	-
Resultado líquido do exercício:		-	-	-	-	-	(1.554.212)	(1.554.212)
Operações com detentores de capital no período:								
Prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral		-	-	-	-	-	(1.554.212)	(1.554.212)
A 31 de dezembro de 2014		1.000.000	960.000	200.000	7.731.808	(5.400.709)	(1.554.212)	2.936.887
A 31 de dezembro de 2014		1.000.000	960.000	200.000	7.731.808	(5.400.709)	(1.554.212)	2.936.887
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2014		-	-	-	-	(1.554.212)	1.554.212	-
		-	-	-	-	(1.554.212)	1.554.212	-
Resultado líquido do exercício:		-	-	-	-	-	(1.601.632)	(1.601.632)
Operações com detentores de capital no período:								
Prestações acessórias		-		-	-	-	-	-
Resultado integral		-	-	-	-	-	(1.601.632)	(1.601.632)
A 31 de dezembro de 2015		1.000.000	960.000	200.000	7.731.808	(6.954.921)	(1.601.632)	1.335.255

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração:

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		7.993.759	6.836.558
Pagamentos a fornecedores		(2.870.027)	(1.742.149)
Pagamentos ao pessoal		(5.445.328)	(5.060.647)
Caixa gerada pelas operações		(321.597)	33.762
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(98.374)	(30.043)
Outros recebimentos/ pagamentos		1.319.465	(1.743.785)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**899.495**	**(1.740.067)**
Fluxos de caixa das atividadades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(61.159)	(35.636)
Ativos intangíveis		-	(74.321)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	1.501.500
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(61.159)**	**1.391.543**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	16	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos e similares		(908)	(30)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(908)**	**(30)**
Variação de caixa e seus equivalentes		837.428	(348.554)
Efeito das diferenças de câmbio		(33.937)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	(13.386)	335.168
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4,16	**790.104**	**(13.386)**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo balanço em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (também referida neste documento como Ferconsult, Empresa ou Sociedade) foi constituída em 1991. Tem por objeto social a elaboração de estudos e realização de projetos, prestação de serviços de consultoria nas áreas de arquitetura, de engenharia e de transporte e elaboração, organização e coordenação de concursos para adjudicação de empreitadas e fornecimentos, orçamentação, coordenação, gestão, fiscalização e controlo de obras e gestão da qualidade em empreendimentos da construção.

A Ferconsult é detida a 100% pela Metropolitano de Lisboa, EPE, com sede em Lisboa.

A Ferconsult detém uma participação financeira no Agrupamento Engenharia e Sistemas de Transportes - Ensitrans, AEIE (Ensitrans), empresa sobre a qual detém 45% do capital mas não detém a maioria dos titulares dos órgãos de gestão. A Sociedade detém ainda duas outras participações nas Sociedades Trem e Trem II, agrupamentos complementares de empresa nas quais a Sociedade detém 10% e 0,001% do capital social, respetivamente.

De acordo com o Decreto-Lei nº. 158/2009, a Ferconsult está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, por ser ela também uma subsidiária de uma empresa subordinada à legislação de um Estado membro da União Europeia, que prepara demonstrações financeiras consolidadas nas quais a Ferconsult é consolidada pelo método integral – Metropolitano de Lisboa, EP.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de março de 2015. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ferconsult, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Ferconsult, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Efeitos futuros das alterações ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em o1 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras e são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Ferconsult estão mensurados em Euros, que é a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira

Moeda	2015	2014
USD	1,08585	1,2101
DZD	116,84360	106,3700
BRL	4,0114	3,2160

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A estimativa dos custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo de aquisição dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas utilizando o método da linha reta a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada, nomeadamente

	Anos
Edifícios e outras construções	25 a 50 anos
Equipamento básico	4 a10 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	10 a 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico do ativo na data da alienação, sendo a diferença reconhecida na demonstração dos resultados, como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos

negócios. As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Para fins de divulgação e análise do valor de recuperação, a Empresa obtém, com periodicidade não superior a 2 anos, e com referência próxima à data de relato, avaliações das propriedades de investimento para aferir o seu justo valor, elaboradas por entidades independentes e especializadas, considerando-se a manutenção desse justo valor durante esse período, exceto em situações de alteração nas condições de mercado ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, caso em que aquelas avaliações são obtidas com uma periodicidade mais curta, com referência à data do balanço imediatamente após a verificação de tais situações. Sempre que o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

A vida útil estimada para as propriedades de investimento é de 50 anos.

3.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Ferconsult reconhece como ativos intangíveis (i) os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, ou (ii) os custos de implementação de software faturado pelo grupo.

A Ferconsult valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Ferconsult não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.5. Participações financeiras

Investimentos são apresentados pelo método da equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Sociedade. Segundo este método, as demonstrações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Ferconsult nos ativos líquidos da correspondente entidade. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Sociedade tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Ferconsult e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou entidade conjuntamente controlada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As políticas contabilísticas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as políticas contabilísticas da Ferconsult.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na nota 8.

3.6. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão ou reforço das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.7. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital

próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

A Ferconsult avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Ferconsult reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio da Ferconsult, são reconhecidas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital social

As ações são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ferconsult tem i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados, ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja

condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ferconsult divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.13. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Ferconsult detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Ferconsult não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Ferconsult tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.16. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios (regime de acréscimo). As diferenças entre os montantes recebidos ou faturados a clientes e pagos ou faturados por fornecedores e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ferconsult. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

A Empresa reconhece rédito quando o seu montante pode ser razoavelmente mensurado, seja provável que exista um influxo futuro e em função dos seguintes critérios:

- O rédito dos projetos em regime de “time and materials” é reconhecido na data da prestação dos serviços, usualmente com base nas horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto.

- O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, calculada com base nos custos totais incorridos comparada com a melhor estimativa de custos a incorrer para a conclusão do contrato somada dos custos já incorridos com determinado contrato. A percentagem de acabamento apurada é aplicada ao montante global de faturação acordada.

- A diferença entre o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica do ativo "Outras contas a receber" ou na rubrica do passivo de Diferimentos.

A Ferconsult baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente e a especificidade de cada contrato.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos ao acionista da Ferconsult é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no exercício em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ferconsult são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Provisões

A Ferconsult analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados não conhecidos à data das demonstrações financeiras, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes, por passarem a cumprir os critérios de reconhecimento.

3.20.2 Ativos tangíveis, Propriedades de investimento e Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão.

3.20.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ferconsult, tais como i) a disponibilidade futura de financiamento e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ferconsult.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.20.4 Reconhecimento do Rédito

O reconhecimento de rédito é efetuado, onde aplicável, por referência à percentagem de acabamento dos projetos, recorrendo ao uso de pressupostos e estimativas relativamente à margem do projeto e ao total de custos a incorrer para executar o contrato. Eventuais alterações nestes pressupostos e estimativas poderão influenciar, de forma significativa, os resultados de cada projeto e consequentemente os da Empresa.

3.21. Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais, na nota de “Eventos subsequentes”.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Ferconsult não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa relevante com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2015	2014
Numerário		
- Caixa	4.000	4.000
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	786.104	238.439
- Depósitos a prazo	0	0
	786.104	238.439
Caixa e equivalentes de caixa	**790.104**	**242.439**

5 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2015

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2015						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	195.327	945.959	62.466	3.528.985
Depreciações acumuladas	(1.854.438)	(427.951)	(195.327)	(862.989)	(58.928)	(3.399.634)
Valor líquido	**11.994**	**30.849**	**-**	**82.970**	**3.538**	**129.351**
Adições	-	-	-	35.550	-	35.550
Alienações/abates	-	-			-	-
Depreciação - exercício	(11.994)	(24.654)		(72.750)	(3.330)	(112.728)
Depreciação - alienações/abates		-			-	-
Valor líquido	**(11.994)**	**(24.654)**	**-**	**(37.200)**	**(3.330)**	**(77.178)**
31 de dezembro de 2015						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	195.327	981.509	62.466	3.564.535
Depreciações acumuladas	(1.866.432)	(452.605)	(195.327)	(935.739)	(62.258)	(3.512.361)
Valor líquido	**-**	**6.195**	**-**	**45.770**	**208**	**52.174**

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2014

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2014						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	219.259	958.869	62.382	3.565.742
Depreciações acumuladas	(1.730.943)	(388.545)	(215.071)	(851.243)	(54.956)	(3.240.758)
Valor líquido	**135.490**	**70.255**	**4.188**	**107.626**	**7.426**	**324.985**
Adições	-	-	-	35.552	84	35.636
Alienações/abates	-	-	(23.931)	(48.462)	-	(72.393)
Depreciação - exercício	(123.496)	(39.407)	(4.188)	(60.209)	(3.971)	(231.269)
Depreciação - alienações/abates		-	23.931	48.462	-	72.393
Valor líquido	**(123.496)**	**(39.407)**	**(4.188)**	**(24.656)**	**(3.888)**	**(195.634)**
31 de dezembro de 2014						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	195.327	945.959	62.466	3.528.985
Depreciações acumuladas	(1.854.438)	(427.951)	(195.327)	(862.989)	(58.928)	(3.399.634)
Valor líquido	**11.994**	**30.849**	**-**	**82.970**	**3.538**	**129.351**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

6 Propriedades de investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os movimentos registados na propriedade de investimento foram como segue:

	2015	2014
A 1 de janeiro		
Valor bruto	-	4.167.631
Depreciações acumuladas	-	(1.062.746)
Valor líquido	**-**	**3.104.885**
Alienações	-	(4.167.631)
Depreciações	-	(62.514)
Depreciação - alienações	-	1.125.260
	-	**(3.104.885)**
A 31 de dezembro		
Valor bruto	-	-
Depreciações acumuladas	-	-
Valor líquido	**-**	**-**

Em 29 de dezembro de 2014, a Ferconsult alienou ao Metropolitano de Lisboa, o referido imóvel pelo valor total de 1.995.000 Euros, conforme contrato promessa de compra e venda, transferindo a sua posse e conferindo poderes ao Metropolitano de Lisboa para uma futura alienação a terceiros. A alienação do imóvel originou uma menos valia contabilística de 1.047.371Euros (nota 24).

7 Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades do grupo. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2015	2014
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	411.328	337.007
Amortizações acumuladas	(330.217)	(309.551)
Valor líquido	**81.111**	**27.456**
Adições	-	74.321
Transferências e abates	-	-
Amortização - exercício	(33.582)	(20.667)
Amortização - alienações - transferencias	-	-
Valor líquido	**(33.582)**	**53.654**
A 31 de dezembro		
Custo de aquisição	411.328	411.328
Amortizações acumuladas	(363.799)	(330.217)
Valor líquido	**47.529**	**81.111**

8 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o investimento em associadas é como segue:

	Ensitrans	
	2015	2014
01 de janeiro	384.426	407.478
Ganhos / (Perdas)	49.450	35.449
Destribuição	-	(58.500)
31 de dezembro	433.876	384.426

A Ferconsult detém 45% do capital do Ensitrans, qualificando como associada de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota 3.5.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a informação financeira do Ensitrans era como segue:

31 de dezembro de 2015			
Ativo	Passivo	Empréstimos Concedidos	Resultado Líquido
4.002.150	3.892.261	383.954	109.889

31 de dezembro de 2014			
Ativo	Passivo	Empréstimos Concedidos	Resultado Líquido
3.937.017	3.858.242	348.505	78.775

9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição da rubrica de Clientes é como segue:

	2015			2014		
	Corrente	**Não corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não corrente**	**Total**
Clientes - grupo (nota 31.1)	988.650	-	988.650	214.031	-	214.031
Clientes - outros a)	1.664.986	685.383	2.350.369	977.924	799.614	1.777.538
Clientes de cobrança duvidosa	17.690	-	17.690	17.690	-	17.690
	2.671.326	685.383	3.356.709	1.209.645	799.614	2.009.259
Imparidade de dívidas a receber	(50.185)	-	(50.185)	(50.185)	-	(50.185)
Atualização de conta a receber	(3.122)	(126.266,00)	(129.388)		(162.941)	(162.941)
Clientes	**2.618.019**	**559.117**	**3.177.136**	**1.159.460**	**636.673**	**1.796.133**

(a) O saldo considerado como não corrente diz respeito na sua totalidade a uma conta a receber do cliente Gibb, Lda.. Aquele saldo será recebido de acordo com o plano de pagamentos homologado de acordo com o Processo Especial de Revitalização daquele cliente. Aquele plano de pagamentos define 84 prestações mensais, com início em Janeiro de 2016. Por se considerar que o valor temporal do dinheiro é significativo e não existir nenhuma remuneração adicional para o recebimento diferido, aquele saldo encontra-se mensurado pelo valor presente da quantia a receber de acordo com o método do juro efetivo.

Imparidade de clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram registados quaisquer movimentos na rubrica de imparidade acumulada de clientes.

10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto s/ rendimento - IRC	59.226	14.388	42.567	81.716
Impostos s/ rendimento - IRS	-	71.361	-	66.257
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	107.373	-	103.883	-
Contribuições p/ segurança social	-	72.821	-	91.110
	166.599	**158.570**	**146.450**	**239.083**

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

Detalhe da rubrica de IRC

	2015	2014
Saldos devedores		
Pagamentos especial por conta	59.226	42.562
Retenções na fonte	-	5
	59.226	42.567
Saldos credores		
Estimativa de IRC (Nota 26)	14.388	81.716
Total	**73.614**	**124.283**

11 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

	2015	2014
	Corrente	Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos i)	4.107.351	5.064.963
Outros devedores ii)	265.764	606.231
Pessoal	1.622	2.897
	4.374.737	5.674.091
Imparidade de dívidas a receber	(76.181)	(76.181)
Outras contas a receber	**4.298.556**	**5.597.910**

i) Montante de rédito reconhecido, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17, que ainda não foi faturado por parte da Ferconsult. Deste montante, em 31 de dezembro de 2015, cerca de 566.550 Euros, valor bruto, refere-se a projetos com partes relacionadas (1.061.516 Euros em 2014) (Nota 31.1).

ii) Deste montante, em 31 de dezembro de 2014, cerca de 385.636 euros referem-se ao acionista Metropolitano de Lisboa, EPE.€ 92.263 (Nota 31.1).

Imparidade de outras contas a receber

Os movimentos ocorridos na rubrica de imparidade de Outras contas a receber para os exercícios apresentados são como segue:

A 1 de janeiro	**2015**	**2014**
Reduções	76.181	76.181
A 31 de dezembro	-	-
	76.181	**76.181**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Ferconsult tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2015	2014
Rendas	14.231	27.185
Outros serviços	153.096	45.466
Seguros	6.647	5.075
Gastos a reconhecer	**173.974**	**77.726**
Faturação antecipada i)	276.574	138.421
Rendimentos a reconhecer	**276.574**	**138.421**

i) Montante faturado antecipadamente face à execução do projeto, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17. Deste montante , em 31 de dezembro de 2015, cerca de 37.894 euros, valor bruto, refere-se a projetos com partes relacionadas (15.141 euros em 2014) Nota 31.1 (b).

13 Capital

Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Ferconsult, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações no valor nominal de 5 Euros cada, detidas integralmente pela Metropolitano de Lisboa, EP.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	Número de ações	Capital Social
Metropolitano de Lisboa, EP	200.000	1.000.000
Capital Social	**200.000**	**1.000.000**

14 Reservas legais, Prestações acessórias, Outras reservas e Resultados transitados

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Prestações acessórias	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2014	960.000	200.000	7.731.808	(5.522.197)	3.369.610
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	121.488	121.488
Prestações acessórias	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2014	**960.000**	**200.000**	**7.731.808**	**(5.400.709)**	**3.491.099**
1 de janeiro de 2015	960.000	200.000	7.731.808	(5.400.709)	3.491.099
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(1.554.212)	(1.554.212)
Prestações acessórias		-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	**960.000**	**200.000**	**7.731.808**	**(6.954.921)**	**1.936.887**

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

As Outras reservas são compostas por resultados não distribuídos, as quais se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.
De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa não mantém incrementos patrimoniais positivos decorrentes de justo valor.

Foi deliberado na Assembleia Geral de 31 de Março de 2015 a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014, no montante de 1.554.212 Euros, para a rubrica “Resultados transitados”.

15 Provisões

A evolução da rubrica de Provisões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	Processos judiciais	Impostos	Contratos onerosos	Outras provisões	Total
A 1 de janeiro de 2014	236.319	217.694	143.038	27.690	624.742
Dotação	54.184		1.450		55.634
Reversão	(54.270)		(67.120)		(121.390)
Utilização					
A 31 de dezembro de 2014	**236.234**	**217.694**	**77.368**	**27.690**	**558.985**
A 1 de janeiro de 2015	236.234	217.694	77.368	27.690	558.985
Dotação	76.938		365.902	0	442.840
Reversão	(100.046)		(70.629)	0	(170.675)
Utilização	(47.967)		0	0	(47.967)
A 31 de dezembro de 2015	**165.159**	**217.694**	**372.641**	**27.690**	**783.183**

A provisão com processos judiciais está relacionada com diversos litígios com ex-trabalhadores da Empresa e com as responsabilidades que a Ferconsult poderá ser obrigada, judicialmente, a liquidar.

O montante de 88.492 Euros de reversões registado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 refere-se a processos judiciais com ex-colaboradores, os quais foram concluídos no exercício, favoravelmente à Empresa.

A provisão para contratos onerosos decorre da expectativa, existente à data, de perdas com a concretização de alguns contratos estabelecidos pela Empresa. A provisão é constituída no momento em que é identificada a perda esperada para cada um dos contratos e é revertida com a concretização da perda, ou sempre que alterações nas estimativas levem à revisão do resultado global previsto para cada contrato.

16 Financiamentos obtidos

A 31 de dezembro de 2015, a Ferconsult não dispões de financiamentos.
O detalhe dos Financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

	2014
	Corrente
Accionista i)	-
	-
Descobertos bancários	255.825
Locações financeiras	-
Financiamentos obtidos	**255.825**

17 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a composição da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2015	2014
Fornecedores - grupo (Nota 31.1 (b))	485.664	388.968
Fornecedores - outros	2.369.374	1.376.446
Fornecedores	**2.855.038**	**1.765.414**

18 Adiantamentos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica é como se segue:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos por conta de vendas	528.923	506.067
Adiantamentos de clientes	**528.923**	**506.067**

Esta rubrica inclui os adiantamentos efetuados por clientes na fase inicial dos projetos, os quais são regularizados ao longo do exercício através da faturação emitida.

19 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2015	2014
	Corrente	Corrente
Outros credores		
Empresas do grupo (Nota 31.1 (b))	1.950.322	267.075
Credores diversos	109.433	215.090
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias i)	466.727	564.895
Compensação por caducidade de contratos ii)	17.027	66.957
Trabalhos especializados	590.621	867.455
Outros	68.671	73.789
Outras contas a pagar	**3.202.801**	**2.055.260**

i) Estimativa do valor dos encargos com férias de 2015 que será pago em 2016;

ii) Estimativa referente às indemnizações a pagar por caducidade de contratos de colaboradores em regime de termo, de acordo com a legislação em vigor.

20 Serviços prestados

O montante dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2015	2014
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Consultoria técnica	450.540	309.478
Prestação de Serviços - Mercado Externo		
Consultoria técnica	7.472.865	7.622.230
Vendas e prestações de serviços	**7.923.405**	**7.931.708**

21 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2015	2014
Rendas e alugueres	143.721	226.076
Trabalhos especializados i)	2.535.081	1.164.865
Honorários ii)	677.032	292.065
Deslocações e estadas	129.351	180.872
Seguros	62.037	71.619
Conservação e reparação	42.879	65.535
Comunicação	45.784	46.498
Outros	424.708	376.272
Fornecimentos e serviços externos	**4.060.594**	**2.423.802**

i) O montante evidenciado nesta rubrica diz respeito, essencialmente, a serviços prestados por entidades subcontratadas no âmbito da atividade da Ferconsult.

ii) Refere-se a gastos incorridos com mão-de-obra externa à Ferconsult, especializada em serviços de engenharia e arquitetura.

22 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2015 e 2014, foram como segue:

	2015	2014
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 31.2)	13.255	58.858
Pessoal	3.637.009	3.913.536
	3.650.264	**3.972.394**
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	834.754	901.388
Indemnizações (i)	508.000	(172.571)
Custos de acção social	46.406	48.658
Outros	37.740	184.834
	1.426.899	**962.309**
Gastos com o pessoal	**5.077.163**	**4.934.703**

- (i) Montante dos gastos com indemnizações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O número médio de empregados da Ferconsult em 2015 foi de 95 (2014: 105).

23 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2015	2014
Recuperação de encargos	20.664	40.532
Ganhos na venda ativos tangíveis	-	1.500
Ganhos em atualização de contas a receber	33.553	-
Correções de exercícios anteriores	172.450	-
Outros	12.654	18.845
Outros rendimentos e ganhos	**239.321**	**60.877**

24 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	2015	2014
Impostos	19.977	24.858
Quotizações	7.240	11.018
Alienações	-	1.047.371
Retenções de impostos países terceiros (i)	149.016	625.700
Gastos com atualização de contas a receber	-	162.941
Outros	66.942	21.413
Outros gastos e perdas	**243.175**	**1.893.301**

A variação deveu-se a:

- (i) Retenção de taxas na liquidação de faturas do projeto do Metro de S. Paulo;

25 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Gastos financeiros		
Juros de financiamentos suportados	15	30
	15	**30**

26 Imposto sobre o rendimento

A Ferconsult é tributada em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%, acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 22,5%.

Em resultado das alterações introduzidas pela *Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro*, que alterou: (i) o artigo 87.º do Código do IRC, fixando a partir de 2015 inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, e; (ii) o artigo 87.º-A do Código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento sobre as pessoas coletivas de: 3% para entidades com um lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros; 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 Euros.

Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (cujo prazo é de seis anos), tenham sido obtidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, sobre estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Ferconsult dos anos de 2012 a 2015, inclusive, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Empresa entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência para os exercícios até 2009, e de quatro anos para os exercícios a partir de 2010, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Imposto sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

	2015	2014
Demonstração de Resultados		
Imposto s/ o rendimento corrente (Nota 10)	14.388	81.716
Imposto sobre o rendimento	**14.388**	**81.716**

Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é evidenciada como segue:

	2015	2014
Resultado antes de Imposto	(1.587.245)	(1.472.496)
Taxa de Imposto	22,5%	24,5%
	-	-
Tributação autónoma	14.388	81.716
	14.388	81.716
Imposto s/ rendimento corrente	14.388	81.716
Imposto s/ rendimento	14.388	81.716
Taxa efectiva de imposto	**0,9%**	**5,5%**

Os prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, ascendem a, aproximadamente, 1.241.076, 136.965 2.793.392 Euros, sendo a data limite de utilização desses prejuízos fiscais 2026, 2018 e 2017 respetivamente.

A Empresa não registou nas suas demonstrações financeiras os ativos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de ativos e passivos numa base contabilística e fiscal, dado que a principal situação geradora de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e exercícios anteriores corresponde a prejuízos fiscais reportáveis, que, segundo a melhor estimativa da Empresa e atendendo às informações disponíveis, não serão recuperáveis.

27 Dividendos

A Ferconsult não procedeu ao pagamento de dividendos durante os exercícios de 2015 e 2014.

28 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa e em aberto em 31 de dezembro de 2015 é de 1.808.119,63 Euros.

Para fazer face à constante falta de liquidez da sua tesouraria, provocada pelo prolongado alargamento do prazo médio de recebimento das faturas dos nossos clientes e, também, pela impossibilidade da empresa aceder a crédito bancário para colmatar as necessidades pontuais da empresa para cumprir as suas obrigações, bem como as dificuldades na obtenção de garantias bancárias, que permitiriam receber os respetivos adiantamentos dos contratos, a Ferconsult assinou um Contrato de Cessão de Créditos com o seu acionista único, Metro de Lisboa, E.P.E., como forma de capitalizar a sua débil tesouraria, nos seguintes termos:

- Cessão ao ML, de créditos vencidos e vincendos que a Ferconsult detém, decorrentes de contratos de projetos internacionais;
- Os créditos cedidos, vencidos e vincendos, têm um valor global de 4.271.227,94 Euros (quatro milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e vinte sete euros e noventa e quatro cêntimos);
- A Ferconsult, em cada momento e de acordo com as suas necessidades de tesouraria comunicará ao ML, o valor exato dos créditos cedidos;

- Como contrapartida pela cedência dos créditos referida no ponto anterior e, até ao montante máximo de 4.271.227,94 Euros, o ML, disponibilizará os fundos mediante a solicitação da Ferconsult;
- A cobrança dos créditos cedidos junto dos clientes é da responsabilidade da Ferconsult;
- A cedência de créditos objeto do contrato é feita tendo como limite temporal a data de 31 de dezembro de 2016. (Nota 31.1. (b))

29 Contingências

A Ferconsult tem os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas conforme segue:

Objecto	2015	2014
Execução de obras	3.287.836	3.299.522
Propostas de prestação de serviços	12.212	12.212
Processos fiscais em curso	272.118	272.118
Fazenda pública	1.632	1.632
Outras garantias	3.990	3.990
	3.577.788	**3.589.474**

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 a Ferconsult não apresentava qualquer passivo contingente

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 a Ferconsult não apresentava qualquer ativo contingente.

30 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Ferconsult confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

Os honorários totais acordados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 9.900 Euros, sendo referentes à revisão legal das contas anuais.

31 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Ferconsult é controlada pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

31.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

***Por via de Acionistas*:**

- Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Associada:

- Engenharia e Sistemas de Transportes, Ensitrans, AEIE

(a) Transações

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Ferconsult efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços prestados (Nota 20)		Fornecimentos e serviços externos (Nota 21)		Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Accionista						
Metropolitano de Lisboa, E.P.E	375.823	346.444	79.318	130.615	-	20.545
Associada						
Ensitrans	2.125.820	2.189.608	-	-	20.664	18.783
	2.501.643	**2.536.052**	**79.318**	**130.615**	**20.664**	**39.328**

O montante de 2.125.820 Euros de serviços prestados ao Ensitrans prende-se com projetos na Argélia, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) Saldos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos com partes relacionadas, líquidos de perdas de imparidade, são como segue:

	Clientes (Nota 9)		Outras contas a receber (Nota 11)		Fornecedores (Nota 17)		Outras contas a receber - Devedores por acréscimo de rendimentos (Nota 11)	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Accionista								
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	122.782	43.037	-	385.636	(485.664)	(388.968)	111.253	177.186
Associada								
Ensitrans	865.869	170.994	-	-	-	-	455.297	884.330
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	988.650	**214.031**	**-**	**385.636**	**(485.664)**	**(388.968)**	**566.550**	**1.061.516**

	Diferimentos - Rendimentos a reconhecer		Accionistas (Nota 16)		Outras contas a pagar (Nota 19)	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Accionista Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	37.894	15.141	-	-	1.808.120	-
Associada Ensitrans	-	-	-	-	142.202	267.075
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	37.894	**15.141**	**-**	**-**	**1.950.322**	**267.075**

31.2. Remunerações da Administração

	2015	**2014**
Remunerações	13.085	56.181
Outros	170	2.676
Total (Nota 22)	**13.255**	**58.858**

32 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: O Conselho de Administração:

	Diferimentos - Rendimentos a reconhecer		Accionistas (Nota 16)		Outras contas a pagar (Nota 19)	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Accionista Metropolitano de Lisboa, E.P.E	37.894	15.141	-	-	1.808.120	-
Associada Ensitrans	-	-	-	-	142.202	267.075
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	37.894	**15.141**	**-**	**-**	**1.950.322**	**267.075**

31.2. Remunerações da Administração

	2015	**2014**
Remunerações	13.085	56.181
Outros	170	2.676
Total (Nota 22)	**13.255**	**58.858**

32 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração:

BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710
F :+351 210 988 719

www.bakertilly.com.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. ("Empresa") as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um ativo total de 9.140.344 Euros e um total de capital próprio de 1.335.255 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.601.632 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 a 6, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não corrente inclui uma participação financeira na Engenharia e Sistemas de Transportes, Ensitrans, AEIE, ("Ensitrans") registada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 433.876 Euros. O relatório do auditor externo desta entidade, datado de 16 de março de 2016, contém uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a não obtenção da confirmação externa por parte de uma instituição financeira (Banque Nationale d'Algérie), cujo saldo registado no ativo corrente daquela entidade ascende a aproximadamente 224.000 Euros. Adicionalmente, até à data do nosso relatório, não obtivemos a resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos e outras informações, de duas instituições financeiras Argelinas, cujos registos contabilísticos da Empresa em 31 de dezembro de 2015, evidenciam um saldo devedor total de cerca de 75.000 Euros. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o eventual efeito destas situações nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015.

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An independent member of Baker Tilly International

5. Em 31 de dezembro de 2015, o balanço inclui uma conta a receber de um cliente, originada em exercícios anteriores e escriturada pelo custo amortizado de, aproximadamente, 670.000 Euros (com um valor nominal de, aproximadamente, 800.000 Euros) e um saldo a pagar àquela entidade de aproximadamente 131.000 Euros. Em 20 de Novembro de 2014 foi homologado um Processo Especial de Revitalização (PER) daquela entidade, que define o pagamento dos passivos daquela entidade, em 84 prestações mensais, com início em Janeiro de 2016, sem vencimento de quaisquer juros. Até à data deste relatório não obtivemos as demonstrações financeiras auditadas de 2015 daquela entidade, nem outra informação que nos permita avaliar a sua capacidade de fazer face aos seus compromissos. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o momento e valor de realização daquela conta a receber.

6. Em 31 de dezembro de 2015, o balanço inclui Acréscimos de Rendimentos, Rendimentos a Reconhecer, Acréscimos de Gastos, Provisões para Projetos e Prestações de Serviços de 4.107.351 Euros, 276.574 Euros, 590.621 Euros, 372.640 Euros e 7.923.405 Euros, respetivamente, relacionados com o reconhecimento do rédito de projetos de natureza plurianual, de acordo com o método da percentagem de acabamento. A nossa revisão das estimativas de gastos e rendimentos revelou para algumas das principais obras, uma volatilidade significativa entre exercícios daquelas estimativas, não existindo informação disponível suficiente e detalhada sobre a natureza e causas daquela volatilidade, que nos permita aferir a razoabilidade das estimativas utilizadas em 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o eventual efeito desta situação nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015.

Opinião

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 6, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora estas evidenciem perdas acumuladas de aproximadamente 8.557.000 Euros (sem considerar os efeitos relacionados com os assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6), consequência de resultados operacionais negativos apresentados nos últimos exercícios. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus ativos e a liquidação e classificação dos seus passivos, no curso normal das suas operações, dependem do sucesso das suas operações futuras e da continuação do apoio financeiro do seu acionista.

9. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nosssa Certificação Legal das Contas datada de 30 de março de 2015, inclui três reservas relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6, uma reserva que deixou de ser aplicável, bem como uma ênfase relativa ao assunto descrito no parágrafo 8.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de maio de 2016

Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710
F :+351 210 988 719

www.bakertilly.com.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente revimos: i) o cumprimento em 2015 da anulação parcial das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013 com as alterações introduzidas pela lei n.º 75/2014 de 12 de setembro; ii) o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário e; iii) o Relatório de Gestão e da proposta de aplicação de resultados nele expressa, preparados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício 2015. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual contém três reservas relacionadas com: i) a não obtenção de respostas a pedidos de confirmação externa por parte de duas instituições bancárias sediadas na Argélia, com as quais a Empresa e uma associada operam; ii) o momento e valor de realização de uma conta a receber de um cliente em Processo Especial de Revitalização e; iii) os rendimentos reconhecidos em projetos em curso, bem como, inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações da Empresa, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos eventuais efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6 e tendo em consideração os assuntos referidos nos parágrafo 8 e 9, todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas, o Relatório de Boas Práticas do Governo Societário e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de maio de 2016

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International